



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

MARIA TÂNIA COSTA DOS SANTOS

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA FORMAÇÃO CIDADÃ: ASPECTOS HISTÓRICOS E
PONTUAIS**

BELEM – PA
2018

MARIA TÂNIA COSTA DOS SANTOS

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA FORMAÇÃO CIDADÃ: ASPECTOS HISTÓRICOS E
PONTUAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado para obtenção do grau de
Licenciatura Plena em Pedagogia,
Faculdade de educação, Instituto de
Ciências da Educação, Universidade Federal
do Pará.

Prof^a. Dr^a. Sônia Maria Maia Oliveira.

BELÉM – PA
2018

MARIA TÂNIA COSTA DOS SANTOS

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA FORMAÇÃO CIDADÃ: ASPECTOS HISTÓRICOS E PONTUAIS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para obtenção do grau de Licenciatura Plena em Pedagogia, Faculdade de educação, Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará.

Data da defesa: 04/10/2018

Conceito: _____

BANCA EXAMINADORA:

Orientadora Prof^a. Dr^a. Sônia Maria Maia Oliveira
Universidade Federal do Pará

Prof^a. Dr^a. Maria Ludetana Araújo dos Santos
Universidade Federal do Pará

Prof^o. Dr^o. Leandro Klineyder Gomes de Freitas
Universidade Federal do Pará

Belém – PA
2018

DEDICATÓRIA

Ao meu Deus e Senhor Jesus Cristo, toda honra e glória! Pois sem Ele nada posso fazer. Esse Deus do Impossível que me concedeu realizar um sonho humano, no tempo Dele e não no tempo que determinei, que bom. Sua misericórdia, seu amor e perdão transformam-me passo a passo em uma pessoa melhorada. Uma página inteira, não daria para expressar o imenso amor e fé que tenho pelo Senhor dos senhores, Mestre dos mestres e Doutor dos doutores. É óbvio que ainda se torna pouco, porque Ele merece toda reverência que se possa imaginar! Eu Te amo de todo o meu coração, Fortaleza minha em quem confio e sacrificou o seu sangue na cruz por amor a todos nós, por sua bondade infinita. O Senhor é a minha chave, esperança e luz!

In memoriam ao meu saudoso paizão João Galvão dos Santos, o qual deixou este mundo em 18 de junho de 2017. Muitas saudades e lembranças deixam-me melancólica; entretanto, o seu caráter, o seu espírito político e patriota, otimista, crítico e sua presença de pai e esposo presente e de sua pessoa que foi marcante, só reforçaram positivamente, quem, hoje, eu sou como ser humano. O meu grato amor, na certeza de que ele não está vendo e nem sentindo; porém, quanto aos vivos, possam ler um resumo das contribuições e do legado de sua trajetória em vida.

À minha querida e amada mãezinha Lucidia Costa dos Santos, por sua dedicação, proteção, amor e bravura mantenedora de acolher seus filhos de baixo de suas asas. Obrigada sempre! Pelos conselhos, pela dureza em meio a situações e pela força que tem repassado como exemplo todos os dias. Eu agradeço a Deus por ter escolhido e posto pais agradáveis, bons e uma representação familiar inigualável em suas imperfeições humanas. Porque se não fosse Deus e a minha amada mãe, aqui nesta terra, seria impossível a minha evolução acadêmica no curso de Pedagogia e na minha vida particular. Até porque, minha vida nunca foi fácil, assim como a de muitos brasileiros. Eu te amo mãezinha...

AGRADECIMENTOS

À minha Universidade Federal do Pará que ao longo desses sessenta e um (61) anos vem construindo história de um conceito democrático, de pesquisas, de intervenções e de formações, onde os discentes saem com histórias de vidas diferentes de quando aos seus ingressos; A UFPA tem esse tipo de constituição, por possuir um corpo de docentes capacitados para instituir tais aprendizagens didáticas, tradicionais e dinamicidades não inéditas, mas importantes para o curso.

À minha orientadora carinhosa, Sônia Maria Maia Oliveira, a qual me acolheu com o seu coração atencioso, paciente, humano e solidário. Acredito que foi tudo encaminhado por Deus, e não poderia ser de outra maneira, os informantes foram universais quanto à indicação. Os encontros foram poucos, mas suficientes, intensos por sua objetividade em suas dicas e ao mesmo tempo tão necessários e profundos para construí-lo.

À banca examinadora como elementar e empática para um dia tão importante para mim, a minha tão esperada defesa. Fiquei feliz, a respeito da escolha dos professores que formarão a banca examinadora: Maria Ludetana e Leandro Klineyder, por suas competências.

Aos meus familiares, irmãos e sobrinhos amados, por fazerem parte da minha vida, por me incentivarem timidamente com suas palavras e atitudes: À minha irmã Aparecida, por sua precisão e voluntariado espontâneo e sua devoção de ser uma super irmã, e aos seus filhos Raiza e Rayme. À minha irmã Tange e ao seu filho Danilo, ao meu irmão Cajaty e ao meu sobrinho Edgar. Amo vocês!

Agradeço, especialmente, à minha linda e inteligente irmã e amiga Betânia, pelo companheirismo nas horas mais difíceis, pela crítica construtiva, pelos conselhos rigorosos e pela fé em Jesus, e acima de tudo, pelo amor que ela tem pelas almas, na esperança de salvação. O bacana! É que ela me proporciona cumplicidade, fidelidade e amor real; sempre me fazendo lembrar que eu sou sua irmã querida; e também, de suas proféticas e poéticas palavras de sucesso em todos os aspectos de minha vida. Contudo, considero que todos são especiais!

Ao meu amado filho Hugo, principalmente, por ter nascido de minhas entranhas e por ter me dado momentos de felicidades, de trabalho e até de tristeza. A ele, por seus ciúmes, cuidado e por ter vivenciado e participado da minha luta com os meus alunos de reforço em sua infância e adolescência. Através dessa experiência fui e sou um referencial para ele como educadora. Eu te amo!

Ao meu mais recente amigo Paulo Henrique Fernandes Dias, por seu espírito de solidariedade, incentivo, sucesso e de suas firmes profecias.

Aos meus cunhados e cunhadas, em especial, à Conceição Alves, que mesmo distante, de alguma forma faz-se presente em minha vida, e à minha fofinha e estimada sogra Maria de Lourdes, por me possibilitarem à realização do meu TCC,

oferecendo um espaço de concentração e incentivo. Carinhosamente o meu reconhecimento.

Ao meu eterno e grande amor Francimar Carlos dos Santos Alves, por demonstrar toda a sua dedicação, preocupação, cuidado, incentivação e força nos momentos de desânimo, tristeza e até de preguiça, por muitas vezes me sentir cansada mentalmente. Com a sua ajuda em todos os sentidos, de oração, otimização, fortalecimento e asperezas no seu falar, como: “Olha, o teu estudo vai servir pra ti!” Vai, te senta e faz o teu trabalho, é para o teu bem”! Isso me motivou bastante para finalizá-lo. Eu te amo, desde a primeira vez que eu te vi, já sabia que seria assim... Ao homem da minha vida, expresso a minha gratidão, por participar, viver e se dedicar passo a passo nesse trajeto, e do meu desejo que não surgiu em 2013, pois foi uma aspiração e vocação desde o ensino fundamental. A você o meu respeito e amor. Saiba que você é e está sendo o impulso e a coragem que em meio aos acontecimentos, talvez perdi. Obrigada!

EPÍGRAFE

O Sal da Terra

Anda!

Quero te dizer nenhum segredo
Falo nesse chão, da nossa casa
Bem que tá na hora de arrumar...

Tempo!

Quero viver mais duzentos anos
Quero não ferir meu semelhante
Nem por isso quero me ferir
Vamos precisar de todo mundo
Prá banir do mundo a opressão
Para construir a vida nova
Vamos precisar de muito amor
A felicidade mora ao lado
E quem não é tolo pode ver...

A paz na Terra, amor
O pé na terra
A paz na Terra, amor
O sal da...

Terra!

És o mais bonito dos planetas
Tão te maltratando por dinheiro
Tu que és a nave nossa irmã
Canta!
Leva tua vida em harmonia
E nos alimenta com seus frutos
Tu que és do homem, a maça...

Vamos precisar de todo mundo
Um mais um é sempre mais que dois
Prá melhor juntar as nossas forças
É só repartir melhor o pão
Recriar o paraíso agora
Para merecer quem vem depois...

Deixa nascer, o amor
Deixa fluir, o amor
Deixa crescer, o amor
Deixa viver, o amor
O sal da terra, amor...

(Beto Guedes)

RESUMO

Nesta análise bibliográfica, a razão maior para o emblemático tema sobre Educação Ambiental revela que a formação cidadã procura uma identificação a originar a consciência ambiental, cujos objetivos são transformar o sujeito em um ser ético e cidadão em espaços formais e longe dos muros escolares, removendo atitudes antiéticas e anticidadãs ofensivas ao meio ambiente, transferindo as nocividades do sujeito em cidadania para si e para outros seres humanos. A fomentação na EA é globalizada e transversal por estar no interior de cada mente; estando nessa, apoiados os objetivos que principiam este trabalho, como objeto a ser pesquisado em um ambiente onde o homem tem influído em um processo desarmônico. Os arranjos desta obra foram sustentados em um pilar teórico espesso pela qualidade de suas contribuições. As correntes que defendo e considero precisas dão essencialidade a esta pesquisa; em um papel de parede com bordas subjetivamente reflexivas e que simultaneamente recorrem a uma imediata sensibilização e afeto para com a vida; além do entendimento da educação que se descreve como prática educativa na perspectiva da cidadania; como resultado esperado nos direitos e nas obrigações que se devem ter para com o sistema. E pôr em exercício as observâncias existentes no direcionamento que nos foi regulamentado, libertar-nos-á, por hora, de nossas opressões inculcadas historicamente; porque depende de uma ação conjunta para cuidar solenemente de uma formatura que se procriará em uma geração responsável por rebocar a formação social, pessoal, econômica, política, cultural, ecológica, ética etc., como dimensão da cultura da educação.

Palavras - chave: Educação. Educação Ambiental. Formação cidadã. Meio Ambiente/Natureza. Sensibilidade.

ABSTRACT

In this bibliographic analysis, the main reason for the emblematic theme on Environmental Education reveals that the citizen training seeks identification to originate environmental awareness, whose objectives are to transform the subject into an ethical and citizen being in formal spaces and away from school walls, removing unethical and anti-citizen attitudes offensive to the environment, transferring the harmfulness of the subject into citizenship for himself and for other human beings. Fostering in EE is globalized and transversal because it is within each mind; being in this, supported the objectives that begin this work, like object to be researched in an environment where the man has influenced in a disharmonic process. The arrangements of this work were sustained in a theoretical pillar ranked by the quality of its contributions. The currents that I defend and consider precise give essentiality to this research; in a wallpaper with subjectively reflective edges and simultaneously appealing to an immediate sensitization and affection towards life; besides the understanding of education that is described as educational practice in the perspective of citizenship; as an expected result in the rights and obligations to be borne by the system. And to put into practice the observances existing in the direction that has been regulated, will free us, by the hour, from our historically instilled oppressions; because it depends on a joint action to solemnly take care of a graduation that will breed in a generation responsible for bringing social, personal, economic, political, cultural, ecological, ethical, etc. formation as a dimension of the culture of education.

Key – words: Education. Environmental education. Citizen training. Environment/Nature. Sensitivity.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL	15
2.1	Contexto Mundial e Brasileiro	16
3	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	46
4	A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO INSTRUMENTO NA PROMOÇÃO DA CIDADANIA	52
4.1	A sensibilização, o cuidado e momentos de aprendizagem	59
5	O CARÁTER FORMAL E NÃO FORMAL DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL	64
5.1	Refletindo com as concepções e argumentos (correntes antigas e as mais recentes da Educação Ambiental)	67
6	ANÁLISE DE RESULTADOS	74
6.1	Teóricos, hipóteses e comprovações nos resultados	75
6.1.1	Contradições e embates	75
6.2	Análise Comparativa das percepções	76
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
	REFERÊNCIAS	86

1 INTRODUÇÃO

Apresento este trabalho de conclusão de curso, como uma referência inicial de conhecimento, informação e aprendizagem do contexto histórico em décadas, relatando os fatos que deram início às questões ambientais, aos conflitos, aos movimentos, às manifestações e ao desenvolvimento da educação ambiental.

Este, acredito, foi encaminhado por Deus, porque muitos obstáculos e situações difíceis surgiram no caminho. Mas apesar dessas conturbações, o inesperado aconteceu, encontrei a orientadora certa e o tema adequado para testificar a minha personalidade de apreensão, sobre o meio ambiente em sua totalidade. Consegui, aqui, introduzir-me nessa temática inclinada aos meus estudos e ideologias e fazer um check-up geral da minha serventia neste mundo e na cotidianidade em que vivo.

Logo de antemão, percebi que o sangue que corre em minhas veias circula para a corrente da vida; e a educação ambiental e seus derivados buscam essa metamorfose ambulante de transformar o ser, não em outra pessoa, mas as atitudes quimicamente empáticas com a relíquia considerada educação promotora do nosso ambiente, que não está integralmente natural; e que os provérbios concepcionais e expressões integram-na moralmente como uma questão que indiscutivelmente salienta a esperança de um novo amanhã por inteiro e não em pedaços para todos os atores da natureza.

Mais para trás, a fundamentação teórica, os capítulos e as seções comentados, foram articulados com teorias que neste século introduzem características que formam a EA no processo da educação e no pluralismo que ela exerce no universo, na recíproca de transmudar o sujeito em um ser ético e cidadão em espaços formais e longe dos muros escolares; visando remover atitudes antiéticas e anticidadãs, e transferir os climas ofensivos do sujeito em ordem e progresso para si e para o gênero humano. Esses objetivos desencadeiam oficinas mecânicas, mas a capacidade de se reeducar, na medida do possível, vai se aprimorando com a força das próprias mudanças de hábitos. A princípio pensei em escrever os objetivos. Repensei. Cheguei a um veredito: Não! Pois, será que adiantaria elencá-los e colocá-los à prova? Fica uma pergunta no ar. De William Sheskepeare “Ser ou não ser, eis a questão” da educação ambiental.

Precisar-se-á de justificativas extraordinárias e sublimes para que essa consciência seja uma afirmação, um questionário de perguntas e respostas prontas para que esse consumo consciente não seja mais um produto no meio da multidão. Justificar a educação seria como se nós a considerássemos como um evento que necessitasse de consolidação. Ao invés disso, a educação/ambiental já existe, e tudo que tem existência já tem um lugar ao Sol. O importante nisso, está na manutenção dessa matéria viva, encarnar uma sabedoria que discipline nossas vontades, que raramente condizem com o que é correto.

A propósito, este trabalho foi embasado e esquadrihado por autores respectivamente sábios no assunto da EA, nos rumores de suas teorias e na representatividade de seu caráter na aquisição dos humanos. O privilégio de poder interpretar os filósofos em suas suposições, hipóteses, afirmações e contradições, as quais lubrificaram e hidrataram as ideias que não vinham a projetar conversas analíticas e elaborações no desenlace do trabalho.

A abordagem e/ou pesquisa bibliográfica qualitativa foi definida pelos conhecimentos prévios em livros e tecnologias que facilitam o dia a dia, principalmente dos estudantes, que merecem ferramentas como, por exemplo, a Internet; Mas, no entanto, considerando o que Severino (2000, p.140-141) nos faz lembrar, que nem toda pesquisa feita na mesma é cientificamente verdadeira.

As regras e os procedimentos dos textos analisados consistem nos processos que estão ao pé da letra; a averiguação persistiu numa retomada de negar e fazer levantamentos hipotéticos e até conclusivos, reascendendo para o leitor científico e o da comunidade, resultados esclarecedores de uma produção científica com um quê de acessível compreensão e cunho social.

Segundo Silva (2004, p. 1038), o termo “pesquisa” deriva do latim “perquirere” - que significa “perquirir”: “buscar com cuidado, informar-se de”.

Trivinõs (1987) diz que o sujeito que investiga a sua realidade não tem nada a ver com os personagens da pesquisa. Todo cuidado é pouco. Realizar um trabalho individual aponta o enfrentamento de uma ordem cultural. Portanto, o acultramento consciente ou inconsciente são perfis de uma certa cultura, e isso requer, o infiltramento desses valores.

Na concepção da língua portuguesa, Borba (2004, p. 1.067), “pesquisa” é entendida como “ação de pesquisar, busca, investigação; trabalho científico que registra os resultados de uma investigação”.

Conforme citam Lakatos e Marconi (1990, p. 15), “pesquisar” é compreendido como “averiguar algo de forma minuciosa, é investigar”.

Foi unindo dessa maneira detalhada e cuidadosa que a pesquisa foi concluída com sucesso estrutural e conceitual. Residiu na tentativa de intervenções para o problema exposto. Ainda com as autoras, apontam o significado do termo investigação:

não é unívoco, pois há várias definições sobre o termo nos diferentes campos de conhecimento. Contudo, o ponto de partida da pesquisa reside no problema que deverá se definir, avaliar, analisar uma solução para depois ser tentada uma solução.

Segundo Minayo (1994, p. 26 apud Lakatos; Marconi, 1990, p.15), “pesquisa” tem a seguinte definição: “É uma lida artesanal, que não se abstrai da inventividade ou imaginação, conclui-se com propostas, técnicas e linguagem peculiar ritimada com estratégias e metodologias esteada em conceitos fundamentados”.

Existem cientistas que preferem a pesquisa básica (pura) e sem aplicabilidade imediata. São motivos intelectuais e finalidades superficiais do saber. Uns costumam usar a prática e aplicação imediata. Como aponta Appolinário (2011, p. 146), é o “avanço do conhecimento científico sem nenhuma preocupação, a priori, com a aplicabilidade imediata dos resultados a serem colhidos”. Conforme ressalta Severino (2007, p. 15), a pesquisa científica tem caráter privativo e amplificado. A isso:

[...] em uma dimensão social, o que confere o seu sentido político. Esta exigência de uma significação política englobante, implica que, antes de buscar-se um objeto de pesquisa, o pós-graduando pesquisador já deve ter pensado o mundo, indagando-se criticamente a respeito de sua situação, bem como da situação de seu projeto e de seu trabalho nas tramas políticas de qualquer realidade social.

A intenção na pesquisa sugere um esforço imediato de alunos, professores, população e todos os artistas de todos os continentes; a se prepararem com as desinteressantes dificuldades; a proporem refreamento comportamental, descristalizando o ensino formal, conhecendo-o e o associando com o ensino revolucionário da EA, o qual, o levará com certeza a tomar decisões lapidadas, no sentido político e epistemológico; e sobre o mais, no posto de se humanizar e contagiar às proximidades e os arredores. O despertar desse enfoque bibliográfico

ocupará na formação dos sujeitos, um elementar aprendizado na evolução histórica da educação. De acordo com Severino (2000), a pesquisa bibliográfica vem a se realizar a partir do:

[...] registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utilizam-se dados de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir de contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos. (SEVERINO, 2007, p.122)

Exatamente, a questão ambiental é um drama o qual se pode dizer, hoje, não ser tão natural; e progressivamente, aqui e agora, estamos sentindo o artifício que o homem utiliza para acabar com este patrimônio. Ao que tudo indica, o destino do homem tem sido traçado sem mudanças para melhorias. O ser humano e sua relação com a natureza não foi ao mesmo tempo “um país de maravilhas”. O tempo do meio ambiente não foi o mesmo do homem. Este é um tempo moço, enquanto o meio ou a história na terra é antigo. Ocasinou uma afinidade estreita, que condicionou uma sociedade sem sócio e sem lei. Todo interesse e sobrevivência surgiram intensamente com a necessidade de invenções e tecnologias; e esta condição na atualidade, remete-nos para a conscientização da afinidade, com tudo que persiste, como: a educação, a escola, a educação ambiental, o ser humano, a cidadania, a ética, as filosofias, a sustentabilidade e a resolução dos problemas ambientais na casa-natureza.

2 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A representação da educação ambiental, atualmente, reflete um histórico processual e conceitual no planeta. A partir daí nasceram os primeiros movimentos para elucidar os problemas ambientais no mundo, em eventos marcantes, com as ideologias mais discursivas; principiando acontecimentos revolucionários, para se discutir, até então, um anonimato de uma educação que certamente causaria uma história secular permanente de ênfase, de explanação resolutiva para o combate antiético da formação do sujeito que inviavelmente destrói a gênese no qual o Criador: “Deus” fez surgir e resplandecer.

Nessa perspectiva, não tão breve, recorda-se historicamente em séculos e décadas, os motivos pelos quais a EA formou-se crítica e socialmente política e humana; e principalmente, uma cultura que desconecta o sujeito vulnerável à nocividades, conectando-o ao cerne cidadão, participante de uma mentalidade social interativa com os problemas e efeitos que afligem todos os componentes vivos e brutos.

O histórico da EA leva às reflexões, a entender no compasso dos anos que, “Estocolmo” foi a primogênita de uma discussão que segue, hoje, no contexto universal e que nos representará perpetuamente, se quisermos ser um bem para nós mesmos. Embora os precursores da “Educação Ambiental” estejam datados em Paris, 1948; os rumores, na verdade, atribuem-se a 1972, com a Conferência de Estocolmo, que destinou uma agenda de dimensão internacional e o surgimento de outras vertentes na luta pela restauração humana. Mostra um Século XX repleto de atributos evolutivos da EA, uma educação fenomenal, estratégica nos avanços e conquistas revolucionárias.

Sem qualquer sombra de dúvidas, a resignificação, um novo significado para acontecimentos anteriores a história da Educação Ambiental, é um privilégio evolutivo e de construção no aperfeiçoamento do discurso da grave crise atual. Necessariamente, as etapas tratadas equivalem especificamente a um referencial das contrariedades socioambientais preexistentes numa pesquisa quantitativa de superação qualitativa para propensão fragmentária das sociedades atuais que compõem o espaço ambiental.

Dias (1994) observa criticamente que:

Através da Educação Ambiental podemos perceber que há formas mais inteligentes de se lidar com o ambiente, integrando-se com ele através do desenvolvimento sustentável. Podemos perceber que a atual crise ambiental mostra apenas sintomas de uma crise mais profunda: a falta de ética, do respeito aos valores. (DIAS, 1994)

Como diz o autor, não somente através da sustentabilidade, mas de todo o conhecimento enraizado nessa fenomenal educação, que transcende a interação, formas e meios inteligentes; e o respeito é um sintoma indicador de que tudo está indo bem; o que não é o caso da crise ambiental. Problemática antiga, em que a ética e os valores não poderão servir de pilares por muito tempo. Segundo um dos maiores educadores brasileiros, Paulo Freire (1996), “Educação não transforma o mundo. Educação muda às pessoas. Pessoas mudam o mundo”. Portanto, a civilidade tem que vir de um consciente lúdico da alma, que é a parte não robotizada da pessoa (a inteligência, as emoções e decisões), de funcionar e governar como uma pessoa melhor para, no, e pelo mundo.

2.1 Contexto Mundial e Brasileiro

Os fatos e conhecimentos degradantes das ações do homem marcam uma crise histórica mundial enredada de lemas e dilemas sobre o meio ambiente; um presente e um futuro ameaçador aos seres vivos e ao planeta. A história insere aspectos peculiares conflitantes, sendo a Educação Ambiental um processo permanente entre o indivíduo e a natureza, na construção de aprendizagens. Significa dizer que, sua relevância emancipa a educação responsável pela ética, cidadania e desenvolvimento consciente e moral, através dos tempos, em todos os contextos e intercontextualizações dentro das sociedades.

No Panorama Mundial do Século XIX, a Educação Ambiental (EA) tomou proporções importantes para o meio ambiente, com a Criação do primeiro Parque Nacional do Mundo “Yellowstone”, nos Estados Unidos em 1872, mas proposto por Ernst Haeckel em 1869, com a ideia de fazer estudos a respeito do meio ambiente e suas respectivas relações das espécies, pelo vocábulo “ecologia”, que assim, deu início ao surgimento de uma educação ambiental nos diferentes contextos, lugares e sociedades e culturas diversificadas. Para os autores Lustosa, May e Vinha (2003), o século XIX começou a disseminar raciocínios no mundo todo, ao articular sobre as catástrofes ambientais.

A Lei da Educação Ambiental é conhecida popularmente em seu Art. 2º por afirmar:

A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.

O caráter da educação brasileira, ora tradicional, ora inovadora, oscila num desenvolvimento em que põe em “xeque” o ensino prático, sociável e transdisciplinar. Onde a essencialidade da educação ambiental, por atrito intencional das políticas públicas, que visam uma educação para todos nas modalidades (infantil, fundamental e médio), educação especial, profissional, EJA e superior, restringe e particulariza a EA como disciplina figurante; mas que é independente, podendo estar em um contexto no qual o aluno e a aluna mergulhem em um oceano carregado de propósitos humanísticos, como no caso do Curso de Pedagogia, em que essa educação deveria estar como disciplina obrigatória e não eletiva; uma realidade que caracteriza um currículo próximo e tão distante e oculto e discriminatório na UFPA; dessa forma progride-se incentivos a uma educação para poucos como entretenimento.

Outra realidade, como a educação básica, na qual a tarefa é difícil, a Educação ambiental insere-se no contexto de projetos políticos e pedagógicos (PPP), em que a égide escolar da maioria das escolas, planta um ensino-aprendizagem que reduz o ser e maximiza o fazer. Aos alunos, passam um alimento pobre e desnutrido; eles os ingerem, mas não se substanciam com os temas transversos da sociedade que conhecemos e dos que sabemos por noticiários. A digestão do processo seletivo do lixo e do copinho com feijão e algodão faz brotar um conhecimento “tacanho”, uma visão plantonista e não um tratamento de última geração; um apelo imbecil e patético, vazio do conhecimento vasto da EA.

De **1869 a 1872**, cogitou-se um projeto secular de visibilidade que trouxesse para o mundo um pensamento ecologicamente relacional, ou seja, uma relação antagônica da natureza com o homem, e dessa paisagem a degradação e destruição causada pelo mesmo; e consequências de recusas das relações que afetaram e afetam, atualmente, o planeta, com dimensões e desequilíbrios ambientais nocivos aos seres humanos e toda forma de seres vivos existentes no meio ambiente. Realiza-se então, uma política social de estruturas em uma visão

holística, em que o sujeito é interpretado ou entendido como ser indivisível, ou seja, não pode ser fragmentado em suas partes. O todo desse sujeito merece ser construído na coletividade e inter-relação próxima e mútua com a natureza, interagindo com valores e atitudes e conscientizações e competências em conjunto; preservando sua sustentabilidade.

Com isso, o estudioso mencionado pôde dar os primeiros passos para falar e discutir sobre Educação Ambiental nos arredores do universo; instigando pessoas no mundo todo a abraçar esta causa natural; a qual, cada vez mais e urgentemente, necessitaria de um impactante projeto ecológico para solucionar efeitos gravíssimos, como: a camada de ozônio, a poluição dos rios, a chuva ácida, o efeito estufa, mananciais internacionais etc., que naquele período e/ou momento era palco de apreensão e terror depois de uma 2ª Guerra Mundial.

Em 1947, fundou-se na Suíça a UICN- União Internacional para a Conservação da Natureza 1952, onde houve uma fatalidade que levou a óbito 1500 pessoas, cujas mortes foram provocadas por acidentes em que a poluição do ar trouxe consequências lastimáveis na cidade de Londres. O emergente apoio ambientalista necessitou naquele momento de grandes contribuições; uma reflexão mais subjetiva que solucionaria ou iria amenizar a dor da população, causada por impactos e fenômenos que poderiam ser evitados no meio ambiente.

Em meio a tudo isso, a necessidade de unir os países e/ou nações contribuiu para um pensamento solidário, e em boa hora; contemplou a natureza e os indivíduos com uma certa estrutura ambiental, na certeza de que o fato emblemático tivesse um final menos ameaçador ao meio, e que estaria historicamente como um feito integralizado por sujeitos que se uniram para tentar mudar uma questão de comportamento no exercício de uma cidadania, associado a uma questão educacional. Na concepção de Dias (2004), a evolução das concepções de Educação Ambiental caminhou acompanhando a evolução do conceito de meio ambiente.

A formação de cidadãos foi um resumo de resoluções acessíveis aos processamentos do biofísico, ou seja, existe um meio de interação para um corpo que ocupa lugar no espaço, na busca por uma Educação Ambiental respeitada em 1969, como um instrumento que pudesse trazer saídas para as inevitáveis circunstâncias do quadro sistêmico do meio ambiente, que deveria ser um inteiro e completo ambiente.

Segundo Tozoni-Reis (2007), as práticas educativas ambientais são promotoras, transformadoras de comportamentos indevidos e/ou inadequados na compreensão de uma linguagem ambiental, que categoricamente pode ser de cunho que disciplina e moraliza em uma abordagem pedagógica-educacional.

a educação ambiental para a sensibilização ambiental – de fundo ingênuo e imobilista; a educação ambiental centrada na ação para a diminuição dos efeitos predatórios das relações dos sujeitos com a natureza – de caráter ativista e imediatista; a educação ambiental centrada na transmissão de conhecimentos técnico-científicos sobre os processos ambientais que teriam como consequência uma relação mais adequada com o ambiente – de caráter racionalista e instrumental; e a educação ambiental como um processo político de apropriação crítica e reflexiva de conhecimentos, atitudes, valores e comportamentos que tem como objetivo a construção de uma sociedade sustentável do ponto de vista ambiental e social - a educação ambiental transformadora e emancipatória. (TOZONI-REIS, 2007)

Tozoni começa desfavorecendo e mediocrizando o caráter da Educação Ambiental, e que sem sensacionalismo algum, não tem um fundo ingênuo; pelo contrário são favoráveis ao progresso e inovação. Depois, intriga, dizendo que os processos ambientais teriam êxito ambiental, se transmitissem os conhecimentos técnico-científicos; faz ondulações positivas e negativas nos enlaces da transformação; e que a EA, com seu posicionamento ideológico, militante, político, social, individual ou coletivo etc., pode mudar o curso das críticas que não tem relação com o terrorismo ou com protestos violentos; enquadraram-se ativismo de militância a favor do imediatismo quanto ao ser histórico no seu desfazer-se, o que emancipa os prós e contras na casa (terra).

É interessante, pois somente em 1965, o termo “Educação Ambiental”, que em inglês significa (Environmental Education), no ensejo da “Conferência de Educação”, que aconteceu na Grã-Bretanha, na Universidade de Keele, que se pensou a usar uma expressão ambiental relacionada à educação. Uma temática que mudaria o percurso de uma educação tradicional cercada por ideais talvez desfavoráveis a revoluções ambientais. No entanto, filosofias ambientalistas do Hemisfério Norte ganharam força para registrar um acontecimento de Conservação da Natureza, um registro histórico e o mais antigo, até onde se sabe.

Os anos 60 foram marcados por movimentos e manifestações questionáveis, explícitas, de grande repercussão publicitária, literária. A obra “Primavera Silenciosa” manifesta por Rachel Carson foi mais uma das libertações de uma literatura

silenciosa escrita pela escritora e bióloga. Rachel, incomodada pelo falecimento de pássaros contaminados por agrotóxicos sentiu-se mobilizada em prol de uma política humana que silenciava uma reivindicação pessoal, individual e contributiva, a favor de uma revolução para o benefício dos animais, enfim da natureza.

Em suas poéticas linhas escreveu, referenciando a morte de milhares de pássaros vítimas da perversidade do homem e de suas grandes ambições, contrárias ao universo ambiental. Então, a primavera tornou-se um cenário não mais sombrio e silencioso, porque em seus versos descrevia em “suaves” palavras a maior poesia ecológica dos Estados Unidos; evidenciando e imprimindo seus desabafos barulhentos, ideias contraditórias e opiniões adversas a respeito do livro que nos seus primeiros capítulos fabulava um fato que discutia o adormecimento das árvores, das folhas, dos animais, dos rios; que por meio das inconseqüências da imaturidade, da ausência da ação humanizadora, entrava em extinção, havendo sumido o cantarolar dos pássaros e a friidez das árvores no retrato de 1966.

Completados 16 anos, a bióloga Rachel Carson, não conformada, de maneira agressiva e exterminadora, denunciou o perigo dos pesticidas, que em sua composição afetavam nocivamente os seres vivos. Sempre lutando por seus ideais ecológicos, continuou sua caminhada partindo e persistindo em uma política e perspectiva coletiva, mundial e solitariamente peculiar; envolvendo-se com escritos sutis, apontando literalmente a demolição do ambiente natural.

A referida bióloga caracterizou criticamente uma substância química que acabaria com todas as espécies de insetos e que deveras tem um poder destruidor mortal para extinguir as outras espécies do ambiente verde desprotegido pelo trágico mal universal, “os pesticidas” que assolavam letalmente, nas residências, jardins, florestas, fazendas etc.

Por ironia do destino, a escritora morreu no ano de 1964, aos 57 anos de idade, acometida por câncer mamário, devido a exposições excessivas à químicas altamente tóxicas, em uma primavera também silenciosa. No entanto, o ruído das páginas de seu livro e propriamente de sua personagem, teve grande influência no Século XX. Salvingando que, em 1992, o livro “Primavera Silenciosa”, merecidamente, foi o mais influente em todo o mundo. Não concernente com a desopressão de Carson, Francis Bacon retrata em seu discurso filosófico a “dominação da natureza pelo homem”, um poder que está à parte da sociedade-homem, o domínio de lançar sobre a natureza o “saber-poder”; por exemplo,

identificar dentro da natureza o conhecimento científico que possibilita conhecer e reconhecer um saber que entremeio possa assegurar a sociedade a sua construção, na exploração da natureza. Com certeza, Bacon estava pensando em uma sociedade empírica. Vimos nas retóricas, um discurso de bases ideológicas antitetizadas; exceto, a Primavera de Rachel, no entanto, estivesse precisando, não do domínio do pensamento Baconiano, mas do domínio que é tangido na Bíblia, no versículo 1º do livro de Gênesis. Assim aconteceu:

Deus disse: "Façamos o homem à nossa imagem, como nossa semelhança, e que eles dominem sobre os peixes do mar, as aves do céu, os animais domésticos, todas as feras e todos os répteis que rastejam sobre a terra". (GÊNESIS, 1: 26-27)

A "imagem e semelhança" significam que, o homem foi feito para parecer com Deus, ou seja, refere-se à parte imaterial do homem, o domínio mental (raciocinar e fazer escolhas); moral (consciência, justiça e inocência) e o social remete a dominação que Deus pretendeu e pretende. A dominação santa, inocente, reflete a natureza do amor, porque Deus é amor; e se a humanidade tivesse todos esses quesitos, os efeitos de seu domínio na terra, em todos os momentos, seriam menos degradantes e nocivos.

Não mais tardar, em 1965, como já mencionado, estabeleceu-se o uso de uma "nova linguagem na Educação Ambiental". Logo em seguida, em 1966, depois de uma Assembleia Geral da ONU, efetuou-se um acordo internacional sobre os Direitos Humanos (civis e políticos), consolidando o direito à vida; à liberdade; à liberdade de pensamento; à liberdade de religião; às garantias processuais; à liberdade de movimento, à igualdade política; à liberdade de associação e a igualdade perante a lei. E ainda na mesma década, em 1966, os direitos econômicos, sociais e culturais asseguravam às pessoas, direitos que fazem uma diferença no imediatismo das só-ciedades em todo o globo, tais como: o direito ao trabalho, à liberdade de associação sindical, à moradia, à alimentação, à previdência social, à educação, ao nível elevado de saúde física e mental, à participação na vida cultural e no progresso científico. O pacto contemplava a dignidade humana, adotando direitos sociais e culturais para completar a precisão humana.

No intervalo de dois anos, o italiano Aurélio Peccei e o químico Alexander King, construíram a Fundação do Clube de Roma, manifestação de maio de 68, na França.

Em 1972, foi publicado um Relatório Meadows conhecido como “Os Limites do Crescimento”, que estabelecia uma discussão de um nível elevado de combate e de embate para diminuir a crescente industrialização acelerada, a miséria de alimentos, o crescimento demográfico; sendo que, segundo pesquisadores, essa própria população seria mesma a vilã dessa problemática, ou seja, a causa maior do uso inadequado dos recursos naturais, na contramão sobre o espaço ambiental e seus habitantes vivos. Esse Relatório foi criado, sobretudo, com o fim de resolver e dar segmento a existencialidade humana na Terra, alcançando uma existência de mutação e tendência a possíveis transformações no equilíbrio do globo terrestre; objetivando para o indivíduo capacidades evolutivas, individuais no conhecer de si mesmo. Contudo, a exposição do relatório repercutiu no mundo, este tomou conhecimento pela primeira vez, isto é, pessoas enxergaram de fato que a natureza pedia “socorro” e que estava limitada a produzir e crescer no seu ciclo natural.

No mesmo ano em 1972, foi criado o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, em uma Conferência em Estocolmo, Suécia, definia bases norteadoras de Discussão do Desenvolvimento e Ambiente. Nem a população do clube de Roma, nem a conferência de Estocolmo “caíram do céu”. Elas foram consequência de debates sobre os riscos da degradação do meio ambiente que, de forma esparsa, começaram nos anos 60 e ganharam no final desta década e início dos anos 70, uma certa densidade que possibilitou a primeira grande discussão internacional, culminando na Conferência de Estocolmo em 1972, (Guerra, 2003 p. 76-78).

Conceitos de Ecodesenvolvimento, Educação e Meio Ambiente 1973, Recomendação 96, e o Registro Mundial de Programas em Educação Ambiental-USA, favoreceram politicamente o nascimento instigante de comprometimento ambiental humano, propício inclusive, para afirmar princípios que estão inseridos dentro de um meio complexo e desvincular a relação maléfica entre as atitudes do homem em relação ao ambiente; com propostas de cooperação internacional para que o habitat natural dos seres vivos não seja poluído e destrua o próprio sujeito que interfere e esgota bens; e a natureza se volta e se revolta contra ele. Locatelli (2000,

p.297) “[...] ao contrário dos anseios e necessidades do homem, que podem ser considerados como ilimitados, os recursos naturais disponíveis não o são”.

O dito-cujo homem pela própria natureza é acabável (mortal) pelo salário do pecado; mas seus sonhos e desejos são infindáveis, e por isso, confundem-se os tais como discipulados para praticarem dissenções desarmônicas na natureza; inclusive, adotam egos irrelevantes e glamourosos em discursos que comprometem o pensamento verde, o da esperança de um dia os nossos descendentes poderem viver uma história de paz e harmonia com quem nos dá o sustento de sobrevivência em meio a temporalidade dessa vida.

A Conferência de Estocolmo teve por objetivo e desenvolvimento: deixar vestígios históricos de amplitudes conceituais, de percepção comportamental e de responsabilidade, em um Plano de Ação Universal; para que as gerações futuras criem, problematizem, discutam e consigam ações solucionáveis para os problemas que afligem o ecossistema. Enfaticamente, programas de educação socializavam os conceitos e a finalidade dessa Conferência, que considerava a educação como a base para se chegar a uma consciência recíproca no meio em que se vive. A mesma deixou impressões de conscientização ambiental no povo brasileiro, renomada na Constituição da República de 1988, em seu artigo 225, da Constituição Federal, descreve ou se refere ao Meio Ambiente em que:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para os presentes e futuras gerações.

Um ambiente protegido é um pré-requisito para que os seres humanos gozem da dignidade humana, independente de raça, gênero, nacionalidade, etnia, idioma, religião, credo religioso etc.; direitos esses que serão alcançados se, os Estados em defesa de um meio equilibrado atenderem aos grupos de populações ditos vulneráveis e mais fracos, aos atos abusivos de violência e discriminação. Reitero a palavra “fracos” para “os mais desprezados ou prejudicados”, na sobrevivência pelo teto, pela moradia, alimentação, pelo emprego; pela não opressão.

No Seminário de Educação Ambiental em Jammi, Finlândia, em 1974, a UNESCO considerou a EA como educação efetiva, fixada em princípios de Educação Ambiental, cujo objetivo é a preservação e proteção; e que não se trata de

estudos com hiatos, mas de uma educação integral perpétua, finalizando como um ramo do organismo humano e não como uma ciência.

Em seguida, no Congresso de Belgrado, 1975, foi discutida e analisada uma proposta nova que tratava de ética mais idealizada, no sentido de proporcionar uma política externa para reduzir radicalmente: a fome, confrontando-a como consequência da miséria; o analfabetismo, proveniente de uma cultura empobrecida pela sociedade, pela megaestrutura do poder. Esse seminário recomendou um Programa Internacional em Educação Ambiental (PIEA), que nos dias de hoje, atua ativamente em uma Educação Ambiental internacional e regional.

O PIEA teve e tem um papel importante, presente no sistema: no envolvimento de alunos, administradores e professores que pesquisam a manutenção e informações estatísticas de fundações ou instituições que oferecem uma Educação Ambiental contínua.

Em 2000, conforme Minini apud Dias (2004), a Educação Ambiental levou às pessoas a serem sujeitos mais críticos e conscientes, com valores, sustentando reveses e ações permeáveis intrínsecos ao ser humano, pela adoção ocupável na consciência e na participação, relativamente à utilização dos recursos naturais; e assim, enxergando mais adiante, a melhoria, concluir e dar um ponto final à pobreza extrema e ao “toque” do consumismo exagerado, para uma melhor qualidade de vida. Quanto a isso, Sirvinskas ressalta “A educação ambiental deve ser fundamentada na ética ambiental”.

Descreve-se como direito para o indivíduo, em um dos capítulos específicos da Constituição Federal para o Meio Ambiente (Cap. VI), que “possuir um Meio Ambiente equilibrado é direito de todo cidadão, assim forma-se um elo entre a preservação da qualidade ambiental e a cidadania”.

Em 1976, as questões ambientalistas encenaram a Educação Sub-regional e o Congresso de Educação Ambiental Brasarville, África, as quais semelhantes a outros teóricos conformam com a mesma ideologia e filosofia, sendo que a pobreza é a maior causa dos danos ao meio ambiente. E embora a questão Sub-regional abordasse tematicamente a sobrevivência do homem e os direitos que o amparavam enquanto cidadão; esses se reúnem em fatos da realidade dos indivíduos inseridos em um mundo natural modificado pelo homem.

Através do **Habitat I – Vancouver, 1976**, acreditou-se que a força de um governo traria para a população o valor do planejamento em nível nacional; sobre o

comando de um Estado que regulasse e disponibilizasse as engrenagens institucionais para os enfrentamentos que afloravam em 1970, em áreas urbanas e rurais. O Plano de Ação e a Declaração de Vancouver recomendaram ações nacionais estratégicas com plena responsabilidade para atender às pessoas que se encontravam em situações de riscos e vulnerabilidade; princípios pelos quais agem em sua forma jurídica a regulação do uso da terra, a proteção do ambiente, assistência social as mulheres, jovens e as populações que foram prejudicadas pelos desastres que acontecem na natureza e pertinente aos problemas sociais.

De certo, nas conferências que já se concretizaram, repetiram-se palavras e discursos; formando projetos, planejamentos, metas, metodologias e articulações etc., que caíram na mesmice. Mas, Vancouver 76, trouxe um caráter que se distinguia das pautas posteriores, pois o seu enfoque com tom “ingênuo” amenizava sutilmente um discurso ideológico potente do poder público, esperando “ajuda econômica” a fim de equilibrar o disparate rural e urbano, em planos de nação, região e localidade.

O desenvolvimento econômico deve melhorar a qualidade de vida. Neste contexto, especial atenção deve ser dada às rápidas transformações nos países em desenvolvimento, principalmente para o setor primário, depois para o secundário e particularmente ao setor industrial;
A terra é um dos principais elementos nos assentamentos humanos. Todo o Estado tem o direito de planejar e regular o uso da terra, que é o seu recurso mais valioso, uma vez que o crescimento dos centros urbanos e rurais está baseado num planejamento do uso do solo,
O uso da terra deve estar sob controle público no que diz respeito às medidas e legislações, incluindo a reforma agrária, base essencial para a integração rural. (UN-HABITAT, 1976)

Os princípios em destaque revelam que os direitos são obrigações que priorizam a população em serviços úteis e de qualidade; e a terra é um elemento precioso, que deve ou deveria ser utilizada no planejamento legal para a justa distribuição em ambas as áreas, em especial na rural; procurando fazer com que o Estado maneje a terra em suas bases integrais, formalizando a questão agrária; e dessa forma, prover subsídios para a geração de emprego e renda as comunidades e povoado humano, reproduzindo o aspecto econômico e melhorando salubremente suas vidas; ofertando ruralmente e urbanamente apoio de crescimento produtivo, já que o aglomerado da superpopulação denuncia desequilíbrios no ecossistema; caso dos centros rurais: que acumulam pessoas que saem das cidades urbanas com o

intuito de ter uma vida melhor, por não terem recursos financeiros para construir seus tetos, e assim, a concentração fica acirrada e a sobrevivência mais escassa. A terra deve ser vista como um direito do homem, pois este tem o encargo de lhe cuidar e proteger. Quanto ao desenvolvimento dos países, o Brasil merece destaque, pois embora suas raízes sejam enfraquecidas pelas disputas desnecessárias por terra, os seus setores econômicos dirigem-se para transformações, particularmente o setor primário, que faz ponte aérea para o secundário e o terciário.

Na Declaração de Vancouver o preâmbulo clava que:

as circunstâncias inaceitáveis dos assentamentos humanos provavelmente serão agravadas pelo crescimento econômico desigual e pela urbanização descontrolada, a menos que ações positivas e concretas sejam tomadas nos níveis nacional e internacional.

Ainda nessa Declaração, afirma-se veemente "abrigo e serviços adequados são um direito humano básico e que governos devem ajudar as autoridades locais a participarem em maior medida no desenvolvimento nacional".

Mais um marco histórico foi a Conferência de Tbilisi, realizada em 1977, na cidade da Geórgia, que trouxe impacto social-cultural-ambiental, científico-tecnológico e ético, com a promoção da UNESCO, que teve a participação de convidados oficiais e não oficiais, os quais adentraram um advento internacional, obtendo êxito com estratégias e avanços significativos para um fomento pedagógico de horizontes, de vozes impostas; apontando e intervindo em horizontes maiores e melhores para edificar pressupostos para a educação que forma e escolariza um sujeito consciente no ato de pedagogizar um caráter interdisciplinar com dignidade e virtude ética; e que faz um acontecer que transforma a educação, que ambientaliza, que compreende um saber correto dos recursos que a natureza indefesa nos dar gratuitamente.

Essa Conferência deixou claro que, a Educação Ambiental deve considerar não somente a fauna e a flora, mas incluir também os aspectos sociais, econômicos, científicos, tecnológicos, culturais, ecológicos e éticos (Dias, 2000).

DIAS (2000) ainda diz que, o Brasil, ao contrário do que foi sugerido em Tbilisi, aponta propostas características das ciências biológicas, enquanto que a questão que atinge o aspecto sociocultural e político foi esquecida.

Dentre as manifestações de âmbito internacional, o que foi declarado em Tbilisi favoreceu um entendimento de que a Educação Ambiental resulta de experiências vivenciadas na educação qualificada, na reorientação e na correspondência que trouxeram facilidade para se aperceberem dos problemas ambientais, integralmente.

Foram definidos como objetivos da educação ambiental:

- a) fomentar plena consciência e preocupação sobre a interdependência econômica, social, política e ecológica nas áreas urbanas e rurais;
- b) proporcionar, a cada pessoa, oportunidades de adquirir conhecimento, valores, atitudes, compromisso e habilidades necessários a proteger e melhorar o meio ambiente;
- c) criar novos padrões de comportamento de indivíduos, grupos e sociedade como um todo em favor do ambiente. Na conferência dividiram-se os objetivos da educação ambiental em:

- Consciência: ajudar grupos sociais e indivíduos a adquirir consciência e sensibilidade para o ambiente e problemas conexos;
- Conhecimento: ajudar grupos sociais e indivíduos a ganhar uma variedade de experiências e adquirir uma compreensão básica do ambiente e problemas conexos;
- Atitudes: ajudar grupos sociais e indivíduos a adquirir um conjunto de valores e sentimentos de preocupação pelo ambiente e motivação para ativamente participarem na melhoria da proteção do ambiente;
- Habilidades: ajudar grupos sociais e indivíduos a adquirir habilidades para identificar e resolver problemas ambientais;
- Participação: providenciar para grupos sociais e indivíduos a oportunidade de ser ativamente envolvido em trabalhos para solução de problemas ambientais.

É importante frisar os objetivos, princípios ou qualquer forma de regulamentos e regras para se seguir nesse processo histórico e complexo da Educação Ambiental que é entendidamente:

- Considerar o ambiente em sua totalidade – natural, artificial, tecnológico e social (econômico, político, histórico-cultural, ético e estético);
- Ser um processo contínuo ao longo da vida, iniciando-se na pré-escola e prosseguindo por todos os estágios seguintes, formais e não formais;
- Ser interdisciplinar em sua abordagem, utilizando o conteúdo específico de cada disciplina para tornar possível uma perspectiva equilibrada e holística;

- Examinar as questões ambientais maiores a partir dos pontos de vista locais, nacionais, regionais, e internacionais, para que os estudantes recebam informações sobre as condições ambientais em outras áreas geográficas;
- Focar em questões ambientais potenciais e atuais sem descuidar a perspectiva histórica;
- Promover o valor e a necessidade da cooperação, local, nacional e internacional, na prevenção e solução de problemas ambientais;
- Explicitamente considerar os aspectos ambientais em planos para o desenvolvimento e crescimento;
- Capacitar estudantes a terem um papel no planejamento de suas experiências de aprendizagem e providenciar-lhes oportunidade de tomar decisões e aceitar suas consequências;
- Relacionar, para todas as idades, sensibilidade ambiental, conhecimentos, habilidades de solução de problemas e valores, mas com especial ênfase em sensibilidade ambiental para os aprendizes da comunidade em tenra idade;
- Ajudar aprendizes a descobrirem sintomas e causas reais de problemas ambientais;
- Enfatizar a complexidade dos problemas ambientais, e a necessidade de se desenvolver consciência crítica e habilidades de solução de problemas;
- Utilizar diversos ambientes de aprendizagem e uma ampla coleção de métodos educacionais, para que se possa ensinar, aprender sobre, e aprender do ambiente, com devida atenção em atividades práticas e experiências originais.

A década dos anos 70 finalizou em 1979, com o encontro produzido pela UNESCO, para levantar discussões da Educação Ambiental à grande América Latina, pronunciada nos documentos conclusivos de Tbilisi. O desfecho propôs a interdisciplinaridade e a polivalência, a ligação direta com as demais disciplinas no processo de se educar e amadurecer; visto que, só será concebível, se o sujeito valorizar a representação da especificidade educacional e das experiências, movido de sensibilização e atitudes que envolvam etapas profundas no modo de olhar a vida com mais densidade e ação de conscientizar. Além do que, encontros, seminários e conferências anteriores serviram de pauta para os questionamentos.

De 79 a 1980, houve congressos, seminários, conferências e declarações: Seminário Regional Europeu sobre EA para Europa e América do Norte, que concedeu a relevante assinatura de intercâmbio de informações e experiências;

Seminário Regional sobre EA nos Estados Árabes, Manama, Bahrein. UNESCO _ PNUMA e Primeira Conferência Asiática sobre EA Nova Delhí, Índia.

Felizmente, em **1987**, validaram-se os princípios de Educação Ambiental em Moscou no Congresso Internacional da UNESCO - PNUMA e a necessidade de pesquisar e de formar o indivíduo em educação ambiental. E, juntamente com uma Comissão: a Brundtland, que deu volta ao mundo e o seu desfecho foi com um Relatório intitulado “Nosso Futuro Comum”; que difunde uma concepção atrelada no sustentável, no que propicie e atenda uma demanda mais que necessária, isto é, o poder que o meio ambiente tem de fazer com que indivíduos supram suas necessidades básicas.

A Declaração de Caracas em **1988**, a Oficina Regional para América Latina (ORPAL) e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) propagaram a necessidade de mudar o paradigma do desenvolvimento da gestão ambiental em América.

Na Declaração de HAIA, prévia da Rio 92, no ano de 1989, mostrou-se as questões ambientais em um parâmetro de mérito da cooperação internacional. Uma estimativa do que seria a “Conferência de Cúpula da Terra”, assim denominada. Em 1990, na cidade de Jomtien, Tailândia, a ONU revelou o ano Internacional do Meio Ambiente, neste propôs-se a Satisfação das Necessidades básicas de Aprendizagem em uma Conferência Mundial a respeito do Ensino para Todos.

Em **1992**, começaram as Reuniões preparatórias da Rio 92: Conferência sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, UNCED, Rio/92. Logo, a Criação da Agenda 21 - Um documento que tem uma proposta politicamente nova aos velhos preceitos para a EA, isto é, um trâmite documental de sustentabilidade; Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis; FÓRUN das ONG's – organizações comprometidas para com a sociedade civil (a população), cuja finalidade é executar uma Educação Ambiental que torne o Meio Ambiente com capacidade inesgotável de recursos para o futuro e consciencioso no que tange ao Planeta Terra; O MEC - Ministério da Educação e Desporto organizou um workshop, através do qual, elaborou um documento inovador para a Educação Ambiental “A Carta Brasileira”, que corresponde a Rio-92, indicando as necessidades de qualificação e instigando inevitavelmente a área educacional, apoiada pelo MEC e o Conselho de Reitores.

Segundo Barbieri (1997), a Conferência das Nações Unidas realizada no Rio de Janeiro em 1992, foi valorosa para o meio ambiente e para o seu progresso, pois nessa, obtiveram-se assinaturas de 179 países, favoráveis à restrição, preservação e conservação do ambiente, nos aspectos sociais e econômicos para o desenvolvimento.

No ano de 1993, houve na Argentina o Congresso Sul-americano, continuidade Eco-92 “A cúpula da Terra”, a chamada “Cimeira do Verão”, na cidade do Rio de Janeiro, com o propósito de debater as causas ambientais, os problemas do meio ambiente e do desenvolvimento. Nesse congresso, representantes de setenta e oito países marcaram presença em uma ideologia de verossimilhança a um modelo sustentável; equilíbrio ecológico e evolução econômica para conseguir diminuir todo um processo de tentativas e soluções, a fim de garantir a não degradação ambiental.

Os antecedentes conferenciais diretivos ambientais como: O primeiro evento e/ou conferência de Estocolmo, O Relatório Brundtland e o Congresso Sul-Americano contribuíram para consolidar a Eco-92, introduzindo neste encontro a existência de gerações que estão por vir e que serviram como base para o surgimento da Eco de 1992. E um fator diferencial entre a conferência de 1972 e a de 1992, foi a participação em grande “massa” dos Chefes-de-Estado, indicativo este que ressaltou a questão ambiental, logo no início da década de 1990. Ainda em 1993, surgiu a Conferência dos Direitos Humanos em Viena.

Nos anos 90, foram fortalecidos os Direitos Humanos em uma perspectiva globalizada, devido ao comunismo ardente na Europa: a ditadura idiotizada de que não havia mais nenhuma opção à democracia e ao capitalismo, escancarados pelos meios de comunicação, os quais objetivaram desvelar a podridão que ocorria dentro dos países e que antes era controlado pelo governo. Nessa década, conflitos de ideologias entre as superiores potências: de um lado, a “doutrina socialista política econômica” com a União Soviética, tendo em sua estrutura a ideia de transformar a sociedade, distribuindo no equilíbrio e reduzindo ao máximo a distância entre pobres e ricos; de outro, “o capitalismo”, sistema econômico e social, onde o principal objetivo é o acúmulo de riquezas. Ou seja, foi assim que os Direitos Universais tomaram grande proporção de discussões e repercussão, com a queda e decadência da União Soviética.

Outros protótipos, como o caso da Somália, que foi destruída; os clãs transformaram o estado como uma área sem governo; na Ruanda ocorreu o genocídio entre os povos que tem a mesma cultura, costume, língua e religião; e na Europa, a Bósnia Herzegovina (a presença de conflitos nacionalistas numa guerra civil para reivindicar sua autonomia). E isso foi grave, pois, fatidicamente, todos esses acontecimentos difundiram e instituíram a busca pela paz através dos direitos humanos e um marco na agenda internacional para a paz “20” que teve seu lançamento em 1992. Uma paz que encontrou barreiras e maiores dissensões inclusas nos direitos humanos, gerando os atuais problemas.

A luta pela cidadania não se esgota na confecção de uma lei ou da Constituição porque a lei é apenas uma concepção, um momento finito de um debate filosófico sempre inacabado. Assim como o indivíduo deve estar sempre vigiando a si mesmo para não se enredar pela alienação circundante, assim o cidadão, a partir das conquistas obtidas, tem de permanecer alerta para garantir e ampliar sua cidadania. (SANTOS, 1987, p.80)

O autor mostra que a luta é constante e que a lei não é nada concreta por ter prazo de validade, é algo sem consistência. Exemplificando que o indivíduo deve lutar para o fortalecimento da cidadania e se policiar para não cair em tentação, ou melhor, não se deixar enveredar por preceitos que não têm fundamentos fixos.

Em setembro de 1994, A Conferência Mundial da População foi afamada como “Conferência do Cairo” (a maior em termos populacionais), a qual nunca teve seu cumprimento visto internacionalmente. Os conhecimentos especializados e a força que moveu 11 (onze) mil participantes que representaram os governos das Nações Unidas e as Organizações não governamentais; e inclusive a comunicação, foram mobilizadores e fornecedores que subsidiaram triunfo e impactação representativa.

A partir da CIPD (Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento), a centralização no controle do crescimento populacional, as políticas e os programas de população foram menos centrados que deixaram as atenções do índice população para dar lugar e oferecer as condições da “melhora” na área: econômica e social, sendo a vida humana um aspecto abordado globalizante no primeiro encontro global. Entretanto, os direitos humanos tiveram seu reconhecimento referido, e os direitos da mulher foram entendidos como um

determinante para que indivíduos tenham no exercício desse vigor do direito uma qualidade de vida. Buscaram-se nessa expectativa, pessoas influentes, como delegados de todas as regiões e culturas diversas, entraram em acordo, considerando que, a saúde é prioridade que se reproduz, é um direito humano indispensável à igualdade de gênero. Esse paradigma, ao ter passado por mudanças de concordância sobre três metas a serem alcançadas até 2015, são: A contenção da mortalidade infantil e materna; o acesso à educação, em especial para o sexo feminino; e a acessibilidade universal ligada a uma sucessão de serviços de saúde que se reproduz, faz-se de novo, inserindo a instituição familiar como planejamento.

O PLACEA (Programa Latino-americano de Educação Ambiental) teve seu nascimento em 1992, no íterim do I Congresso Íbero-Americano de Educação Ambiental, 1994. O ano seguinte, 1995, foi movido pela cúpula da Conferência para o Desenvolvimento Social em Copenhague, nesta criou-se um ambiente econômico-político-social-cultural e jurídico que consentia o desenvolvimento social. Sabendo-se que, não houve outras conferências como diferencial que a antecederam, pois foi o primeiro encontro internacional, a grande realização de desenvolvimento social que Copenhague incluiu na agendada ONU, década de 90.

O desenvolvimento social, no primeiro parágrafo preambular da Declaração político-programática está registrado nos termos: “Do reconhecimento da importância de desenvolver socialmente o bem-estar para todos os seres humanos, certificando aos objetivos, elevação de prioridade, neste instante no Século XXI”. Em toda a história, o chamado das Nações Unidas reuniu Chefes de Estado e Governo. E por isso, a realidade paradoxal desse tema foi imprecisa, porque foi um acontecer de domínio planetário, uma escala configurativa de ideologias, em uma época na qual o neoliberalismo surge como escolha “eficaz” ao então Estado-Providência; e o culto ao mercado, como condição que regularizava a convivência social e controlava o seu funcionamento.

Em 1995, na cidade de Pequim, China. O Dia Mundial da Mulher trouxe como tema central o “Movimento de Igualdade, o Crescimento e a concórdia (Paz)”. Na plataforma de Ação de Pequim, os direitos das mulheres são ratificados humanamente, e os compromissos de especificidades são respeitados e assegurados aos direitos centrais. Essa agenda internacional definiu e conceituou o gênero como um campo de transversalidade das políticas públicas; e, em razão

disso, o primordial nessa conferência, foi converter o foco “mulher” para um conceito mais democrático de gênero, fazendo o reconhecimento de como as sociedades se estruturam e como se darão as relações entre homens e mulheres, havendo uma reavaliação de conceitos dessa relação. A mudança de igualdade de gênero reiterou um direito da raça humana, que não era um caso isolado, mas uma questão de interesse público que abrangeu a todos, reafirmando as 12 áreas estabelecidas de preocupação com mulheres e meninas: Mulheres e pobreza; Educação e Capacitação de Mulheres; Mulheres e Saúde; Violência contra a Mulher; Mulheres e Conflitos Armados; Mulheres e Economia; Mulheres no Poder e na Liderança; Mecanismos institucionais para o Avanço das Mulheres; Direitos Humanos das Mulheres; Mulheres e a mídia; Mulheres e Meio Ambiente; Direito das Meninas.

Em 1995, na Conferência Mundial do Clima que aconteceu em 28 de março e 7 de abril de 1995, em Berlim, Alemanha, criou-se a Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP); e nesse encontro, fez-se uma revisão e discussão das/sobre/as descobertas científicas, sendo que, este processo teve metas e prazos únicos para o controle e redução dos gases de efeito estufa nos países desenvolvidos; e tais negociações, futuramente, fariam parte do Protocolo de Kyoto. E mais... Aprovou atividades de implementações conjuntamente.

Nessa conferência, observou-se que os países desenvolvidos não foram inseridos, pelo princípio de que a convenção tratou de responsabilidades comuns, todavia, diferenciadas. Nesse mesmo ano, foi apresentado um novo relatório do IPCC (Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas). E após a Conferência Mundial do Clima, no ano de 1996, ocorreu a Conferência Habitat II, em Istambul, maior cidade da Turquia. Entende-se que esse habitat e suas transformações no percurso histórico compreendem os obstáculos e as crises do novo milênio aplausíveis sobre Assentamentos Humanos, Agenda Habitat, Declaração de Istambul sobre Assentamentos Humanos, Declaração sobre cidades e além de outros assentamentos humanos deste século e a resolução 56/206 como meta auxiliadora para os programas promovidos pelo Habitat.

A Conferência de Istambul, com essas pautas humanas para a humanidade, a priori, retratou o habitat como uma agência dentro da ONU, coordenando e elaborando implementações de uma política de ações abrangentes, ou seja, globais. Isso se deu com a Conferência de Vancouver 1976 e a Agenda Habitat, a qual foi

estabelecida com o intuito sustentável de mobilizar o plano de ação a fim do desenvolvimento de cidades, vilas e aldeias, nas primeiras décadas do século XXI; e as questões sociais, como: O direito das mulheres, questões demográficas e propriamente o meio ambiente, entre outros eixos. Igualmente, no início, essa agenda teve como objetivo promover os abrigos com o “uso apropriado” pela população, visando à esfera social e ambiental no prolongamento dos assentamentos humanos. Hoje, o UN-Habitat está conectado diretamente com a Declaração do Milênio, atentando nas metas dos Estados-Membros, para que a população de, cerca de 100 milhões de pessoas ou moradores, tenham uma qualidade de vida melhor, pelo menos até 2020. Com a intenção de atingir a meta para as Cities without Slums, a fim de abranger as normas legais globais, análise de informações, campo de testes de soluções e de financiamento, nas quatro substanciais funções remetidas a UN-Habitat; a agência que pesquisa e monitora, faz uma política para o desenvolvimento, que capacita e financia as moradias e o crescimento urbano. O curioso é que, o Habitat II foi a última de todas as conferências realizadas pelas Nações Unidas. Nessa, delineou-se a agenda global para o ano vindouro, isto é, ano que estaria por vir com responsabilização e diretrizes.

QUADRO I COM AS 7 PRINCIPAIS PRIORIDADES DA AGENDA HABITAT-DECLARAÇÃO DE ISTAMBUL
--

1. Padrões insustentáveis de produção e consumo, particularmente nos países industrializados.

2. Alterar a demografia insustentável;
--

3. Pessoas sem moradia;

4. Desemprego;

5. A falta de infraestrutura básica e serviços;

6. A escalada de violência insegurança;

7. O aumento da vulnerabilidade a desastres.
--

Fonte extraída de: Site da ONU. Adaptado pela autora.

QUADRO II / OBJETIVOS E PRINCÍPIOS
- Assentamentos humanos e equitativos nos quais todas as pessoas tenham igual acesso à habitação, espaço aberto, serviços de saúde, educação, etc.;
- A erradicação da pobreza no contexto do desenvolvimento sustentável;
- A importância para a qualidade de vida das condições físicas e espaciais características das aldeias, vilas e cidades;
- A necessidade de fortalecer a família como célula fundamental da sociedade;
- Os direitos e responsabilidades cívicas;
- As parcerias entre países e dentro dos países em todos os setores;
- A solidariedade com os desfavorecidos e vulneráveis;
- Aumento dos recursos financeiros;
- Os cuidados de saúde, incluindo serviços de saúde reprodutiva, para melhorar a qualidade de vida.

Fonte: extraída de: Site da ONU. Adaptado pela autora.

Ainda referente aos congressos Íbero-americanos de EA. No ano de 1997, após vinte anos da Conferência Intergovernamental de Tbilisi, que sustentava uma emergente e necessária educação ambiental internacional, foi realizado nos primeiros cinco anos do I congresso, o II congresso, em Guadalajara no México no mês-junho. Nesse momento, as Nações Unidas fizeram uma convocação para o Meio Ambiente pelo (PNUMA) – Programa das Nações Unidas, organizando uma tríade entre a natureza da educação, ciência e cultura; a UNESCO representou as três como salva-vidas, interconectando instigações com funções de sensibilização. Destacaram-se a (UNICEF) - Fundo das Nações Unidas para atender a infância (agência das Nações Unidas); o (PNUD) - para o desenvolvimento e o (UICN) - União Internacional para a Conservação da Natureza; e as secretarias que organizaram recursos naturais e de pesca no México. Foi um envolvimento de encontros e participações, também de estudantes de ciências econômicas e comerciais, com a duração de cinco dias; onde foram apresentados estimativamente, mais de 200 trabalhos, 18 oficinas, quatro simpósios e 2 encontros

assistidos por 902 representantes de 25 países, para devotar os debates e projetos no que tange aos avanços da Educação Ambiental nas regiões.

A Primeira Conferência sobre ética mundial e ética tradicional foi conferida nos dias 23-24 de novembro de 1997, na Índia, convocada pelo Dharma Pathisshatan, para formular uma resposta indiana à Declaração de uma Ética Mundial e ao projeto de Declaração universal das Responsabilidades Humanas, cujo conceito ético, o qual reforçasse a dignidade humana (direitos coletivos e da paz), na visão filantrópica que surge para manter e fixar a existência de “moradores” e o planeta Terra.

Para Jacobi (2003), a responsabilidade da população depende de uma postura mais independente e autônoma; as práticas da comunidade são anomias sociais de consciência ambiental, e para completar essa falta participativa, exige-se um desprendimento maior dos cidadãos; é preciso ter como base motivadora, direitos que os levem a propor cultura abrangente a uma participação conjunta com outros cidadãos que fazem a gestão ambiental das cidades; é preciso usar o bom-senso como ferramenta de força para combater os grandes impasses de uma sociedade desafiadora, e dessarte a educação para a cidadania possa apreender saberes na complexidade ambiental que se aprofunda.

Os participantes dessa conferência foram concordantes quanto à relevância e ao juízo implícito às duas iniciativas históricas; nessa se observou que, a Declaração dos Direitos Humanos atestou ser uma benção duradoura no decorrer dos últimos cinquenta anos, por se constituir direta, prática e substancial como base para julgar e delimitar normas opressivas. No entanto, essa Declaração não se sustenta, segundo os mesmos, por não ter a firmeza dessas propostas alicerçadas em princípios éticos, não sendo suficientemente responsáveis por éticas cidadãs dos indivíduos; pois não basta ser simplesmente ético, tem que haver algo mais subjetivo: a espiritualidade, a dinâmica da fé pelo qual indivíduos sejam de fato mais éticos e cumpram com capacidade e com propriedade as responsabilidades de si e do seu habitat, ou seja, grupos de sujeitos em cumprimento em todas as eras.

De 08 a 12 de dezembro de 1997, ocorreram numerosos encontros na Conferência de Thessaloniki, esta aproximou 1.200 especialistas de 83 países e foi beneficiada internacionalmente, regionalmente e nacionalmente em alguns países: Índia, México, Brasil, Tailândia, Cuba, Canadá e especificamente a Grécia, entre outros. A Tessalônica ou Salônica, segunda maior cidade da Grécia e primacial

cidade da Macedônia, tendo como “promotora da paz”, a UNESCO, aliada ao governo da Grécia, com o tema “Meio Ambiente e Sociedade”: Educação e Conscientização Pública para a sustentabilidade.

Sempre nas conferências, elaboram-se declarações, e essa não foi diferente, idealizaram um documento declarando que “Tessalônica” enfoca uma percepção de mundo interdisciplinar com outras ações coletivas, centrando uma educação futura no processo de aprendizagem sustentável.

Objetivamente Reigota (1998), faz uma sustentação da educação ambiental, apontando eixos de reflexão e práticas pedagógicas que conscientize o sujeito, desenvolvendo no mesmo, habilidades, para que seu comportamento esteja centrado na conscientização autoavaliativa e participação ativa nesse processo.

Ao se fazer um retrocesso desse evento e compará-lo às conferências passadas, foram encontrados defeitos conceituais nas estruturas documentais. Constatou-se que, não houve uma educação ambiental que pudesse sustentar uma validade em seus aspectos de desenvolvimento. Os pressupostos ambientais são efêmeros, não são contundentes para debater com o estilo de viver dos homens; a mudança repentina de tratar o universo que está bem próximo dele, ou o que consome e produz. As controvérsias anteriores foram defrontadas com a evolução e os avanços do homem.

Semelhantemente ao autor Reigota, Pádua e Tabanez (1998) dizem que a educação ambiental oportuniza o aumento de conhecimentos, a mudança nas atitudes e maior interação harmônica com o meio. Condições como base para o aperfeiçoamento de seus talentos.

III QUADRO/ RECOMENDAÇÕES E ORIENTAÇÕES DA DECLARAÇÃO DE THESSALONIKI:

1) que governos e instituições financeiras internacionais, regionais e nacionais, bem como o setor produtivo, sejam encorajados a mobilizar recursos adicionais e aumentar os investimentos em educação e consciência pública;
--

2) que a comunidade científica atue para garantir conteúdo de qualidade e atualizado nos programas de educação e consciência pública;

3) que a mídia seja sensibilizada e convidada a mobilizar seu conhecimento e canais de
--

distribuição para difundir mensagens-chaves, enquanto ajudam a traduzir a complexidade dos assuntos em informação significativa e compreensível ao público;
4) que as escolas sejam encorajadas a ajustar currículos às necessidades de um futuro sustentável;
5) que organizações não governamentais recebam adequado suporte financeiro e institucional para mobilizar pessoas em assuntos referentes ao meio ambiente e sustentabilidade, nas próprias comunidades e em níveis nacionais, regionais e internacionais;
6) que todos os atores – governos, grupos majoritários, comunidade educacional, sistema das Nações Unidas e outras organizações internacionais, instituições financeiras, dentre outros, – contribuam para a implementação do Capítulo 36 da Agenda 21.

Fonte: extraída de: Site da ONU. Adaptado pela autora.

Também, recomendou-se na declaração de Thessaloniki, que passados dez anos, propriamente no ano de 2007, fosse feito uma conferência de porte internacional para verificar os implementos e o progresso que sugeriram para o âmbito educacional. Havendo a prevista Tbilisi + 30 para referenciar e lembrar os 30 anos da conferência de 1977, na Geórgia, ex - União Soviética, com a finalidade de rever e debater os temas que apareceram como novos em meados desse ano.

A Índia por sua vez efetuou em Ahmedabad, entre os dias 26 a 28 de novembro de 2007, a “Quarta Conferência Internacional sobre Educação Ambiental”, para reafirmar a recomendação e consolidar mais uma conferência a de Tbilisi + 30, que foi desenvolvida sob a temática “Educação Ambiental para um Futuro Sustentável – Parceiros para a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável”. Só assim, da Índia, surgirão nortes ou direções melhores para completar a educação ambiental como sinônimo de cidadania.

O lançamento da Revista Tópicos em Educación Ambiental de 1999, publicação internacional, com sua edição no México, continha as informações sobre as diversas tendências e novidades nas áreas da educação ambiental.

A transição de 1999 para os Anos 2000 - um ano de viradas; com destaque 2002, que em uma das Assembleias Geral das Nações Unidas foi decretado uma resolução nº 254, que anunciou 2005, como a década que iria dar início ao desenvolvimento sustentável. Transportando à UNESCO toda e total incumbência

das iniciativas e atitudes para com a educação inesgotável, no tocante aos recursos naturais, que supriria o necessário para a geração que hoje se encontra.

No decurso de 2003, houve sucessões de reuniões em Portugal, Venezuela e Panamá, estes foram países mediadores em reuniões que sobrepuseram programas latino-americano e caribenho. O primeiro mês do ano, em Portugal, agrupou educadores brasileiros, portugueses e outras nacionalidades que falam o português ou a língua portuguesa, os quais discutiram fatos ambientais e criaram a ASPEA (Associação Portuguesa de Educação Ambiental).

Antes de terminar o ano, em Novembro, no Panamá, foi oficializado o PLACEA (Programa Latino-americano e Caribenho), que teve como destaque a emancipação da Venezuela, discutindo sobre os congressos ibero-americanos de educação ambiental, executando programas de cunho ambiental na XIV Reunião de Ministros de Meio Ambiente da América Latina e Caribe. No mesmo mês, na Venezuela é concretizada a gestão pública da educação ambiental na América Latina e Caribe; e esta reunião de trabalho compôs-se de especialistas para elaborar o plano de implementação do PLACEA (o Programa Latino-americano e Caribenho de Educação Ambiental), articulada com a ação latino-americana e caribenha para um procedimento desenvolvimentista de sustentabilidade.

**QUADRO IV - SÍNTESE COM OS ACONTECIMENTOS INTERNACIONAIS QUE
MARCARAM A EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM DÉCADAS
- SÉCULO XIX -**

1869	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ernst Haeckel propõe o vocábulo “ecologia” para os estudos das relações entre as espécies e seu ambiente.
1872	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Criação do primeiro parque nacional do mundo “Yellowstone”, USA.
-SÉCULO XX -	
1947	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 1947 Funda-se na Suíça a UICN- União Internacional para a Conservação da Natureza.
1952	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Acidente de poluição do ar em Londres provoca a morte de 1600 pessoas.
-ANOS 60 -	
1962	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Publicação da “Primavera Silenciosa” por Rachel Carson.

1965	<ul style="list-style-type: none"> ▪ É utilizada a expressão “Educação Ambiental” (Environmental Education) na “Conferência de Educação” da Universidade de Keele, Grã-Bretanha.
1966	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Pacto Internacional sobre os Direitos Humanos - Assembleia Geral da ONU.
1968	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fundação do Clube de Roma 1968 Manifestações de Maio de 68 na França.
-ANOS 70 -	
1972	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Publicação do Relatório “Os Limites do Crescimento” - Clube de Roma.
„	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Conferência de Estocolmo - Discussão do Desenvolvimento e Ambiente, Conceito de Ecodesenvolvimento. Recomendação 96 Educação e Meio Ambiente.
1973	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Registro Mundial de Programas em Educação Ambiental - USA
1974	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Seminário de Educação Ambiental em Jammi, Finlândia - Reconhece a Educação Ambiental como educação integral e permanente.
1975	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Congresso de Belgrado - Carta de Belgrado estabelece as metas e princípios da Educação Ambiental.
„	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Programa Internacional de Educação Ambiental – PIEA.
1976	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reunião Sub-regional de EA para o ensino Secundário Chosica Peru. Questões ambientais na América Latina estão ligadas às necessidades de sobrevivência e aos direitos humanos.
”	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Conferência de Vancouver 1976- Habitat I
„	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Congresso de Educação Ambiental Brasarville, África, reconhece que a pobreza é o maior problema ambiental.
1977	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Conferência de Tbilisi – Geórgia estabelece os princípios norteadores da EA e remarca seu caráter interdisciplinar, crítico, ético e transformador.
1979	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Encontro Regional de Educação Ambiental para América Latina em San José, Costa Rica.
-ANOS 80 -	
1980	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Seminário Regional Europeu sobre EA, para Europa e América do Norte. Assinala a importância do intercâmbio de informações e experiências.
„	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Seminário Regional sobre EA nos Estados Árabes, Manama, Bahrein. UNESCO _ PNUMA.
„	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Primeira Conferência Asiática sobre EA Nova Delhi, Índia 1987. Divulgação do Relatório da Comissão Brundtland, Nosso Futuro Comum.
1987	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Congresso Internacional da UNESCO - PNUMA sobre Educação e Formação Ambiental - Moscou. Realiza a avaliação dos avanços desde Tbilisi, reafirma os princípios de Educação Ambiental e assinala a importância e necessidade da

	pesquisa, e da formação em Educação Ambiental.
1988	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Declaração de Caracas. ORPAL – PNUMA, Sobre Gestão Ambiental em América denuncia a necessidade de mudar o modelo de desenvolvimento.
1989	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Primeiro Seminário sobre materiais para a Educação ambiental ORLEAC – UNESCO – PIEA. Santiago, Chile.
„	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Declaração de HAIA, preparatório da RIO 92, aponta a importância da cooperação internacional nas questões ambientais
	-ANOS 90 -
1990	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Conferência Mundial sobre Ensino para Todos, Satisfação das necessidades básicas de aprendizagem, Jomtiem, Tailândia. Destaca o conceito de Analfabetismo Ambiental 1990.
„	<ul style="list-style-type: none"> ▪ ONU declara o ano de 1990 Ano Internacional do Meio Ambiente.
1991	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reuniões preparatórias da Rio 92.
1992	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Conferência sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, UNCED, Rio/92 – Criação da Agenda 21. ▪ Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis FORUM das ONG's – compromissos da sociedade civil com a Educação Ambiental e o Meio Ambiente. ▪ Carta Brasileira de Educação Ambiental. Aponta as necessidades de capacitação na área. MEC.
1993	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Conferência dos Direitos Humanos. Viena.
1994	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Congresso Sul-americano continuidade Eco/92 - Argentina
1995	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Conferência para o Desenvolvimento Social. Copenhague. Criação de um ambiente econômico-político-social-cultural e jurídico que permita o desenvolvimento social.
1995	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Conferência Mundial da Mulher/ Pequim.
„	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Conferência Mundial do Clima. Berlim.
1996	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Conferência Habitat II Istambul.
1997	<ul style="list-style-type: none"> ▪ II Congresso Ibero-americano de EA. Junho Guadalajara, México.
„	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Conferência sobre EA em Nova Delhi.
„	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade: Educação e conscientização Pública para a sustentabilidade, Thessaloniki, Grécia.
1999	<ul style="list-style-type: none"> ▪ É lançada a revista Tópicos em Educación Ambiental, uma publicação internacional editada no México, que contém informações sobre as variadas vertentes e áreas da educação ambiental.
	- ANOS 2000 -

2002	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Em dezembro, a Assembleia Geral das Nações Unidas, durante sua 57ª sessão, estabeleceu a resolução nº 254, declarando 2005 como o início da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, depositando na Unesco a responsabilidade pela implementação da iniciativa.
2003	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Durante a XIV Reunião do Foro de Ministros de Meio Ambiente da América Latina e Caribe, em novembro no Panamá, é oficializado o PLACEA, o Programa Latino-americano e Caribenho de Educação Ambiental, que teve como principal protagonista a Venezuela, e como foro de discussões, a série dos congressos ibero-americanos de educação ambiental.
”	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Em novembro é realizada na Venezuela, a reunião de trabalho de especialistas em gestão pública da educação ambiental na América Latina e Caribe, que elaborou o plano de implementação do PLACEA, de modo articulado com a iniciativa Latino-americana e Caribenha para o Desenvolvimento Sustentável.
”	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Em janeiro é criada em Portugal, durante as XII Jornadas Pedagógicas de Educação Ambiental da ASPEA, Associação Portuguesa de Educação Ambiental, a Rede Lusófona de Educação Ambiental, reunindo educadores ambientais brasileiros, portugueses e outras nacionalidades de língua portuguesa.

Tabelas compiladas do livro: Educação Ambiental caminhos trilhados no Brasil, org. Suzana M. Pádua e Marlene F. Tabanez, Brasília, 1997; p. 265-269 Artigo Breve Histórico da Educação Ambiental. Adaptado pela Autora.

QUADRO V - SÍNTESE COM OS MAIORES FATOS QUE CARACTERIZAM A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO BRASILEIRO

1970	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Cria-se no Rio Grande do Sul a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN).
1972	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A Delegação Brasileira na Conferência de Estocolmo declara que o país está "aberto à poluição, porque o que precisa é dólares, desenvolvimento e empregos" - apesar disso, contraditoriamente, o Brasil lidera os países do Terceiro Mundo para não aceitar a Teoria do Crescimento Zero proposta pelo Clube de Roma.
1973	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Cria-se a Secretaria Especial do Meio Ambiente, SEMA, no âmbito do Ministério do Interior, que, entre outras atividades, contempla a Educação Ambiental.
1977	<ul style="list-style-type: none"> ▪ SEMA constitui um grupo de trabalho para a elaboração de um documento sobre a Educação Ambiental, definindo o seu papel no contexto brasileiro. ▪ Seminários, Encontros e debates preparatórios à Conferência de Tbilisi são realizados pela FEEMA, RJ.

1978	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul desenvolve o Projeto Natureza (1978 -1985). ▪ Criação de cursos voltados às questões ambientais em várias universidades brasileiras.
	- ANOS 80 -
1984	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) apresenta uma resolução, estabelecendo diretrizes para a Educação Ambiental.
1986	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A SEMA e a Universidade de Brasília organizam o primeiro Curso de Especialização em Educação Ambiental (1986-1988). ▪ I Seminário Nacional sobre Universidade e Meio Ambiente ▪ Seminário Internacional de Desenvolvimento Sustentado e Conservação de Regiões Estuarinas - Lagunares (Manguezais), São Paulo.
1987	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O MEC aprova o Parecer nº 226/87, do conselheiro Arnaldo Niskier - inclusão da Educação Ambiental nos currículos escolares de 1º e 2º graus. ▪ II Seminário Universidade e Meio Ambiente, Belém, Pará.
1988	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A Constituição Brasileira de 1988, art. 225 no capítulo VI - Do Meio Ambiente, inciso VI - destaca a necessidade de promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente. Para cumprimento dos preceitos constitucionais, leis federais, decretos, constituições estaduais e leis municipais determinam a obrigatoriedade da Educação Ambiental. ▪ Fundação Getúlio Vargas traduz e publica o relatório Brundtland, Nosso Futuro Comum. ▪ A Secretaria de Estado do Meio Ambiente de São Paulo e a CETESB publicam a edição-piloto do livro Educação Ambiental - Guia para Professores de 1º e 2º graus. ▪ I Fórum de Educação Ambiental - São Paulo Criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos.
1989	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Naturais Renováveis (IBAMA), pela fusão da SEMA, SUDEPE, SUDHEVEA e IBDF, onde funciona a Divisão de Educação Ambiental. ▪ Programa de Educação Ambiental da Universidade Aberta da Fundação Demócrito Rocha, por meio de encartes nos jornais de Recife e Fortaleza. ▪ Primeiro Encontro Nacional sobre Educação Ambiental no Ensino Formal, IBAMA - UFRPE, Recife. ▪ Cria-se o Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) no Ministério do Meio Ambiente (MMA), apoiando projetos que incluem a Educação Ambiental. ▪ III Seminário Nacional sobre Universidade e Meio Ambiente, Cuiabá, Mato Grosso.
	- ANOS90 -

1990	<ul style="list-style-type: none"> ▪ I Curso Latino-Americano de Especialização em Educação Ambiental, PNUMA - IBAMA -CNPq -CAPES - UFMT, Cuiabá, Mato Grosso (1990 -1994). ▪ IV Seminário Nacional sobre Universidade e Meio Ambiente, Florianópolis, Santa Catarina.
1991	<ul style="list-style-type: none"> ▪ MEC, Portaria nº 678 (14/05/91) institui que todos os currículos nos diversos níveis de ensino deverão contemplar conteúdos de Educação Ambiental Projeto de Informações sobre Educação Ambiental, IBAMA – MEC. ▪ Grupo de Trabalho para Educação Ambiental coordenado pelo MEC, preparatório à Conferência Rio-92 Encontro Nacional de Políticas e Metodologias para Educação Ambiental, MEC-IBAMA-Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República - UNESCO-Embaixada do Canadá. ▪ II Fórum de Educação Ambiental - São Paulo.
1992	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Criação dos Núcleos Estaduais de Educação Ambiental do IBAMA (NEAs) Participação das ONGs do Brasil no Fórum de ONG's e na redação do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis. ▪ O MEC promove no CIAC do Rio das Pedras em Jacarepaguá, Rio de Janeiro, o Whoskshop sobre Educação Ambiental, cujo resultado se encontra na Carta Brasileira de Educação Ambiental.
1993	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Publicação dos livros Amazônia: uma proposta interdisciplinar de Educação Ambiental (Temas básicos) e Amazônia: uma proposta interdisciplinar de Educação Ambiental (Documentos Metodológicos), Brasília, 1992-1994 (IBAMA - Universidades e SEDUCs da região). ▪ Criação dos Centros de Educação Ambiental do MEC, com a finalidade de criar e difundir metodologias em Educação Ambiental.
1994	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aprovação do Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA), com a participação do MMA-IBAMA-MEC-MCT-MINC. ▪ Publicação em português da Agenda 21, feita por crianças e jovens, UNICEF. ▪ III Fórum de Educação Ambiental, São Paulo.
1996	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Criação da Câmara Técnica de Educação Ambiental, CONAMA. ▪ Novos Parâmetros Curriculares do MEC que incluem a Educação Ambiental como tema transversal do currículo. ▪ Cursos de Capacitação em Educação Ambiental para os técnicos das SEDUCs e DEMECs nos estados, para orientar a implantação dos Parâmetros Curriculares - convênio UNESCO- MEC. ▪ Criação da Comissão Interministerial de Educação Ambiental, MMA.
1997	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Criação da Comissão de Educação Ambiental do MMA Cursos de Educação Ambiental organizados pelo MEC - Coordenação de Educação Ambiental para as escolas técnicas e segunda etapa de capacitação das SEDUCs e DEMECs - convênio UNESCO-MEC. ▪ I Teleconferência Nacional de Educação Ambiental, MEC.

	<ul style="list-style-type: none">▪ IV Fórum de Educação Ambiental e I Encontro da Rede de Educadores Ambientais, Vitória.▪ I Conferência Nacional de Educação Ambiental, Brasília.
--	--

Tabelas compiladas do livro: Educação Ambiental caminhos trilhados no Brasil, org. Suzana M. Pádua e Marlene F. Tabanez, Brasília, 1997; p. 265-269 Artigo Breve Histórico da Educação Ambiental. Adaptado pela Autora.

Tecer considerações para a/na educação ambiental é criar um “remendo novo” para um processo que vem a séculos, tentando com lutas, obter um horizonte em que o indivíduo amplie estratégias e um voluntariado espontâneo de apreensão na educação que se espera; ser uma referência pessoal e compartilhada no caráter simples e na veracidade que transpira durante um longo histórico através dos tempos longínquos em que se pode presenciar dentro da educação. São essas condensações que influem e que denotam a Educação Ambiental no processo da história nacional do Brasil e mundial. Com isso, os fundamentos serão em especial a escavação cimentada pelo alicerce de fundamentos teóricos.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Viu-se que, até aqui, uma larga escala do histórico da educação ambiental. Agora mais especificamente, aborda-se a formação do cidadão enquanto sujeito ético, como um prenúncio de valoração do mesmo. E por isso, sentindo-se a necessidade de explicar que, através dessa educação, o indivíduo de qualquer sociedade usufrua de um espaço desenvolvido por ele sem culpa na consciência.

Historicamente a Educação Ambiental foi bem-vinda no Século XIX; neste, especialistas propunham o estudo “ecológico”, isto é, as relações entre o meio ambiente e suas respectivas espécies. Contudo, não foi possível ficar somente nesse termo; a ideia foi satisfatória, porém, a humanidade tem vivido em conflito constante com os atos inoportunos, inconsequentes, deliberados e insanos dos sujeitos, atores coadjuvantes de um ambiente natural posto para o homem para dar pareceres de existência. Um pressuposto verdadeiro e único, que recebeu o ator-principal: o “homem”, a sugerir um processo de experiências das relações, um encaminhamento ao bem-comum e para o bem-estar de ambos.

Em contradição a isso, o Art. 5º, VII vem dizendo nos objetivos fundamentais da EA, para quebrar os males sociais, o fomento da cidadania estabelecida: “o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamento para o futuro da humanidade”.

Segundo Gomes (2006), a sociedade ainda não se desfez por completo da visão antropocêntrica que autoriza a humanidade a utilizar a natureza como se ela existisse exclusivamente para satisfazer as suas necessidades. Nas palavras colocadas por Gomes, a sociedade tem como o centro de tudo, o homem, a visão humana antropocêntrica de conceder a ele a liberdade de usá-la e dela extrair suas necessidades. Mas no geral, sabe-se que não é por aí, o elo subsiste e a ignorância do homem não pode separar essa relação deve ser mantida e equilibrada, no sentido de um obedecer e o outro se submeter e vice-versa, em um bom funcionamento do meio.

Para tanto, a contribuição de Marx (1967), em hipótese alguma poderia ser deixada de lado nesse referencial teórico, pois consiste em quase ou igual ao do autor citado acima.

A natureza se torna dialética produzindo os homens, tanto como sujeitos transformadores que agem conscientemente em confronto com a própria natureza, quanto como forças da natureza. O homem constitui-se no elo de ligação entre o instrumento do trabalho e o objeto do trabalho. A natureza é o Sujeito-Objeto do trabalho. Sua dialética consiste nisto: que os homens modificam sua própria natureza à medida em que eles progressivamente eliminam a natureza exterior de seu e de sua exterioridade, à medida em que mediatizam a natureza através de si próprios e à medida em que fazem a própria natureza trabalhar para seus próprios objetivos.

A memória da EA tem um acervo conceitual memorável e teorias inigualáveis, numa percussão e peleja que se originou no átimo e na sede em que a comunidade da terra sentiu-se ameaçada com os problemas relacionados ao meio ambiente. Potências reuniram-se, países desenvolvidos e subdesenvolvidos testificaram a imensa e profunda imprevisibilidade de evidenciar os impactos e o despreparo de não saberem abraçar esse paraíso perfeito em sua imensidão.

De acordo com os estudos e pesquisas de Genebaldo Dias (2004, p. 24), há a possibilidade da cronografia da EA como elemento histórico, ter acontecido a milhares de anos, à 40.000, muito antes de Cristo (a. C.), “marcado pela proliferação de ferramentas para caça, cozinha e outras tarefas.” A realidade socioambiental primitiva das sociedades disseminou para as gerações vigentes e recentes, a continuação de uma real sociedade humana no aspecto cultural, social, econômico, político, científico e tecnológico. Foi então que, “gentes” se mobilizaram num eixo da educação, mais propriamente, no eixo central, “ambiental”; que a partir de reuniões, conferências, simpósios, publicações e infinitos movimentos formaram o elástico histórico; transitando na função de condicionar a pessoa em questionamentos e serem adeptos de uma política simultânea, individual e globalizada, com embasamento teórico-filosófico e conceitos semelhantes e convergentes; para tal, um embate de diferentes ideais que abordarão a educação ambiental amplamente, e em alguns casos específicos, para realçar as bases comparativas dos autores em seus fundamentos epistemológicos, para essencializar o tema a ser discutido.

Segundo Macedo (2005), a percepção ambiental pode ser usada como um instrumento para se identificar como acontece a relação entre o homem e a natureza, bem como compreender o nível de conscientização do mesmo, quanto à problemática ambiental.

É de vital importância ter essa sensibilidade para problematizar a correlação dos dois e notar que a conscientização tem um peso e este desconcentra a forma

correta de reagir, muitas vezes, ou quase sempre, o uso inadequado de formar um psíquico justo e ponderado no consciente e inconsciente.

Adiante disso, observa-se, entretanto, uma educação que foi agraciada por leis como a de nº 9.795/99, que institui uma política nacional para a EA, e a define e faz um entendimento com precisão no Art. 1º:

Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimento, habilidades, atitudes e competências voltadas para conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (BRASIL, 1999)

A educação ambiental, com o complemento do holismo atribuirá à EA uma assimilação de que o homem não pode ser visto como um ser impartível. Antes de Cristo, Heráclito de Éfeso fazia suas visões filosofando: “A parte é diferente do todo, mas também é o mesmo que o todo. A essência é o todo e a parte”. Melhor descrevendo, um complementa o outro; os valores de um modo geral são partes, muitas vezes, de pessoas que as constroem pelo medo das punições, de serem rejeitadas pela sociedade devido à personalidade que foi construída pela convivência e pelos ensinamentos de seus familiares. Justamente na escola é que a fatia ou um terço dela já o é suficiente para ser cidadão.

Invocando a práxis, a conduta e a formação simplista de ver nas coisas uma forma de edificar sem alterar as estruturas vivas e brutas; conservando o início, meio e o fim das coisas e preservando a todos e a todas com uma sustentabilidade salutar; desconstruindo “selva de pedras” para construir ambientes que traduzam utilização para o povo sem danos maiores.

Parcialmente, em outra linha de raciocínio, Reigota (2009, p. 13) afirma que a educação ambiental condiz com uma educação política, que tem um comprometimento com o alargamento “da cidadania, da liberdade, da autonomia e da intervenção direta dos cidadãos e cidadãs na busca de soluções e alternativas que permitam a convivência digna e voltada para o bem comum”. A política, independente de ser ou não ambiental, torna a pessoa um indivíduo participativo em uma educação moral e cívica (disciplina que foi criada em 69 e extinta em 93, como um ensino-aprendizagem tradicional imposto pela ditadura), mas, que por ora,

naquela situação brasileira servia de consciência cívica, isto é, uma expressão a qual hoje tratamos “cidadania”.

Reigota (2009, p. 15) diz ser uma educação que tem como princípios:

[...] o questionamento das certezas criadas; a criatividade no desenvolvimento de metodologias e temáticas que levam a descobertas e vivências; a inovação no que tange o relacionar a questão ambiental com a vida cotidiana, com o estímulo sobre a prática da ciência, e; crítica, no que diz respeito a discursos e práticas que desconsideram o discernimento e a possibilidade de intervenção de pessoas e grupos.

A educação ambiental deve basear-se em valores éticos e humanitários, com relações justas entre os seres humanos e entre os seres vivos em geral, para ajudar a erguer novas formas e possibilidades de relações sociais e de estilos de vida. Educar significa, em primeiro lugar, "autotransformar-se", pois a educação ambiental precisa ser transformadora, educativa, cultural, informativa, política, formativa e, acima de tudo, emancipatória (Loureiro, 2006).

Para o fundamento de Medina e Santos (1999, p. 18), a visão holística permite a junção dos atributos que geram os valores básicos interno e comportamental, porque:

Necessita-se de uma mudança fundamental na maneira de pensarmos acerca de nós mesmos, nosso meio, nossa sociedade e nosso futuro; uma mudança básica nos valores e crenças que orientam nosso pensamento e nossas ações; uma mudança que nos permita adquirir uma percepção holística e integral do mundo com uma postura ética, responsável e solidária.

A concepção exposta por Loureiro (2006), em sincronia com as demais teorias sobre a educação ambiental, levanta mais uma vez a bandeira desta, para posicionar em numeração ordinal que, o sujeito deve se transformar primeiramente; para tal, este deve amigavelmente relacionar-se com uma educação que dê aos seres humanos diversidade e aromas diferentes nas relações em sociedade; que tenha em sua composição elementos de transformação, de prática educativa, o lado cultural, as informações a parte da política, a função formadora subsidiada por valores que deveriam perpassar na história da sociedade humana, a ética e uma mudança interna.

Tristão (2002), em sua tese ressalta que, para haver mudanças na sociedade é crucial a presença efetiva do indivíduo para se construir um mundo biodiferenciado. Ele ainda diz que, a educação é um dever de formar cidadãos com responsabilidade e consciência, sendo que logo de antemão, o ambiente deve ser percebido no aspecto isolado, local, restrito, onde vivem. Associando a escola nesse compartilhamento, percebe-a “como uma instituição dinâmica com capacidade de compreender e articular os processos cognitivos com os contextos da vida” (Tristão, 2002).

A proposta de Tristão foi bem feliz, é certo que, a realidade em que o sujeito vive e convive retrata uma percepção de vida, de estilos de vida frequentiais; e o acúmulo dessa vivência de seu contexto real traz um quê de referências boas ou más; mas podem ser fatores construtores de vida ambiental, dialogando com a escola, que dispõe da segunda parte integrante de saberes.

Paulo Freire (2000, p. 26), neste enredo orienta como chegar a um nível crítico: “a conscientização implica, pois, que ultrapassemos a esfera espontânea de apreensão da realidade, para chegarmos a uma esfera crítica”. Segundo o autor, é sair da zona de conforto e entrar a fundo em uma dimensão crítica enredada pela complexidade limitada da realidade. Para sustentar sua afirmação, destaca:

[...] transformar a experiência educativa em puro treinamento técnico é amesquinhar o que há de fundamentalmente humano no exercício educativo: o seu caráter formador. Se se respeita a natureza do ser humano, o ensino dos conteúdos não pode dar-se alheio à formação moral do educando. Educar é substantivamente formar.

Com uma blindada curiosidade, Freire (1996) explica que todos os indivíduos podem tomar posturas ingênuas em relação ao que se quer descobrir, e que pode vir a se tornar um conhecimento, se realmente o indivíduo estiver disposto a essa caçada, por isso, orienta a política como prática de apreensão.

A educação ambiental é uma avalanche que estando dentro ou fora da escola será sempre um contraponto para a educação, devido às multifacetadas de legados históricos diversos transmissores dicotômicos.

A aprendizagem ambiental enlaçada à educação reabre pontos a serem vistos na citação de Reigota:

A educação ambiental na escola ou fora dela continuará a ser uma concepção radical de educação, não porque prefere ser a tendência rebelde do pensamento educacional contemporâneo, mas sim porque nossa época e nossa herança histórica e ecológica exigem alternativas radicais, justas e pacíficas. (REIGOTA, 1998, p. 43)

Uma resposta de Ernâni Lampert (2005, p. 45-46) à interpretação de Reigota, em evidência:

A educação, dever do Estado, numa sociedade globalizada, deve ensinar o cidadão a viver em uma aldeia planetária; a se transformar em cidadão do mundo; a aceitar a mundialização da cultura, sem, entretanto, perder e renunciar às suas raízes culturais. Portanto, na pós-modernidade, a educação deve ser um ato de ousadia e um eterno desafio. Devemos assumir com humildade os erros históricos e ter a predisposição de superá-los para que possamos contribuir na construção de um mundo melhor.

Em contrapartida, a Educação Ambiental pode conferir à educação em si, grandes e desafiantes inquietações, porque a educação por si só, traz em sua bagagem uma característica esfacelada e fraturada. E a EA reinterpreta uma educação politicamente imprevisível para lidar com uma área que eleva a todos, no sentido de captura; mas restringe a muitos por se estabelecer solitária, apesar de, em sua definição ser um tipo de educação que envereda em múltiplos ambientes e naturezas distintas.

4 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO INSTRUMENTO NA PROMOÇÃO DA CIDADANIA

Promover a cidadania forma o cidadão e isso tem a ver com a educação como um todo. Reforçando a educação, a ideia de Loureiro (2008), sustenta a importância da educação que se faz política, porque traz consigo o estímulo a uma nova postura social, conhecedora e capaz de intervenção. Para tanto, tem-se o conhecimento técnico-científico como instigador, onde o indivíduo reflete sobre o seu próprio eu. Mas não é uma reflexão qualquer, e sim aquela que torna o indivíduo seguro para intervir no contexto onde se insere. Quanto às relações sociais, é possível então que o indivíduo possa a partir da consciência de si, relacionar-se com a sociedade de forma a construir um comportamento cidadão. Isso se faz com a consciência de que existem direitos e deveres na relação indivíduo-sociedade. A Constituição Federal no parágrafo único 1º (Art. VI) – Do Meio Ambiente incumbe ao poder público: promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.

Conhecer a educação, conhecer a “persona” de um sujeito que por toda a sua vida a política se faz corrente, porque o que nos atrai como curiosidade são os deveres e os tais originam a pessoa-cidadão, aquela que se manifesta tecnicamente a obedecer a um sistema capitalista para nele se integrar; é como se fosse uma relação de mão dupla que dá certo no agir instintivamente, a consciência política agencia as alterações sociais no sujeito. Com isso, apenas consegue-se discernir que a convivência com a educação merece total raiz com uma educação altamente “subjetiva e sobrenatural”, que está à frente de conteúdos, de teorias e até mesmo de práticas condicionais. O oculto cultural do meio ambiente acena um direito do homem na manutenção de cobijá-lo; sendo que de outro modo, desconstrói um direito e este paralisa um sinal do dever cumprido, este não por sua vez, mas por todas às vezes e sempre não pode ser dado como um objeto acabado, sendo que sua promessa e seu campus de aprendizagens humanas e técnicas são produtos em séries infinitas.

A educação ambiental derivada da educação muda o “ciclo vicioso” dos comportamentos, atitudes e mentalidades das pessoas que distorcem a vida e tudo que nela persiste, apesar dos descaminhos e das soberbas de se valerem da

natureza, pensando que são recursos inesgotáveis e que nunca vão se acabar. Se é que pensam assim...

Em concordância com o Grupo de Estudos Avançados sobre o Meio Ambiente (GEAMA). A EA transforma, constrói no intelecto do ser humano, espaços em que a aprendizagem faz-se presente no saber e no aprender, na reciprocidade dos saberes, criando forças para lidar com a modernidade e tecnologia e sugerir as inovações e criatividade para civilizar a geração recente que movimentou os meios, porque o inteiro as gerações remotas extinguiram.

Diante das questões relacionadas à degradação do meio ambiente, compreende-se a necessidade de buscar uma ética regressada ao equilíbrio da relação homem natureza, de modo que o direito essencial ao meio ambiente ecologicamente equilibrado esteja voltado às presentes e futuras gerações, consoante Sirvinskas (2002, p. 307).

A educação ambiental, como elemento de uma cidadania compreensiva, está ligada a uma nova forma de relação ser humano/natureza, e a sua distinção cotidiana leva a pensá-la como somatório de aprendizados. Entende-se que essa generalização de práticas ambientais só será provável se permanecer introduzida no conjunto de valores sociais, em que se mencionem as mudanças de costumes diários.

Para entender a Educação Ambiental precisamos compreender a educação como um fenômeno de ensinar e aprender, como um instrumento construtor de conhecimentos e que está em todas as sociedades, em todos os contextos que se possa imaginar. Em outras palavras, é a tarefa de educar. Então, a EA é a palavra derivada da educação que consiste com mais veemência em socializar o sujeito e o humanizar, para melhor transformar o espaço que ocupa, com respeito, ética e cidadania.

De outra forma, Reigota (1994, p.10) enxerga que a educação ambiental deve ser entendida como uma educação política, no sentido de reivindicar e preparar os cidadãos para exigirem justiça social, cidadania nacional e planetária, autogestão e ética nas relações sociais e com a natureza.

Ainda o autor, afirma que esse tipo de entendimento beneficia os sujeitos como seres politizados, ou seja, que se politizem em uma educação que promova informação e um repertório de conhecimentos gerais. Sujeitos com habilidades

intelectuais capazes de lutar por seus direitos e uma amigável correspondência com pessoas e com o ambiente que ele permeia.

O argumento de Melo (2007) à questão da cidadania identifica de modo geral, que a educação ambiental tem por objetivo formar cidadãos ativos que saibam identificar os problemas e participar efetivamente de sua solução e prevenção e que contribuam com a conservação do patrimônio comum, natural e cultural. Situações práticas de prevenções, nunca farão trocar seres por seres melhores. Prevenir ameniza, mas não restaura o sujeito; o que faz a diferença é ser “espiritual”, é ver ao longe o que muitos não veem, é raciocinar o natural como o ar que se respira, é sobretudo “ser”, refazendo-se, reutilizando-se e se reciclando. O instrumento sólido constitui tanto o bem material como o imaterial. Um estudo moral de estado momentâneo e que não beneficia o que há de melhor em nossos órgãos, fazendo não mecanicamente, todavia, sobressaltando as habilidades.

Conscidentemente, com Leff (2001, p.15) o espiritual citado por ele está com ênfase inclusive. Isso demonstra a fragilidade do homem e de como ele pode e poderá se redimensionar se tiver uma educação espiritual.

A crise ambiental veio questionar a racionalidade e os paradigmas teóricos que impulsionaram e legitimaram o crescimento econômico, negando a natureza. A sustentabilidade ecológica aparece assim como um critério normativo para a reconstrução da ordem econômica, como uma condição para a sobrevivência humana e um suporte para chegar a um desenvolvimento duradouro, questionando as próprias bases da produção. Pode-se proferir que um sistema sustentável só será possível mediante a evolução intelectual e inclusive espiritual do ser humano, além de atribuir a Educação Ambiental em cada sociedade, para que se tornem, uma a uma, sustentáveis e em que a relação com natureza seja de coexistência com a mesma e não de exploração. LEFF (2001, p.15)

A natureza é uma realidade perceptível aos nossos olhos, entretanto, existem muitos sentidos dados a ela; sua existência, porém, não depende de nós, posto ser absoluta. A crise ambiental existe, porque a maioria dos indivíduos não reconhece a natureza em sua essência concreta, ao planejarem seus interesses conforme suas convicções e ideários. Os homens negam-na com suas aspirações e atuações cômodas que a exploram. As suas inverdades a subtraem ao não admitirem suas culpabilidades, que consideram como um desenho ilustrativo e abstrato, normalizando suas ações exploratórias subumanas.

Em outro parâmetro, não tão obstatante, mas em contradição, Loureiro (2008, p. 75) diz que “a cidadania é vista como algo que se constrói constantemente, não tem relação com algo divino” e se faz como algo que se “constitui ao dar significado ao pertencimento do indivíduo a uma sociedade, em cada fase histórica”.

A encenação começa na mente, e a partir daí, o que se aprende, ou seja, os saberes que se adquirem desenvolvem-se em habilidades que independem da supremacia da ação ambiental significativa, da intervenção humana; avultando os sentidos, a percepção do indivíduo, no tocar, cheirar, ouvir, olhar e ingerir; aprender a se educar e se reeducar; praticando bons modos pacificadores no zelo de nossas ações, que regem cada contexto, competências naturais sociais-culturais exercidas e transfiguradas.

Para além disso, a Conferência Sub-regional de Educação Ambiental para a Educação Secundária – Chosica/Peru (1976) confere que:

A educação ambiental é a ação educativa permanente pela qual a comunidade educativa tem a tomada de consciência de sua realidade global, do tipo de relações que os homens estabelecem entre si e com a natureza, dos problemas derivados de ditas relações e suas causas profundas. Ela desenvolve, mediante uma prática que vincula o educando com a comunidade, valores e atitudes que promovem um comportamento dirigido a transformação superadora dessa realidade, tanto em seus aspectos naturais como sociais, desenvolvendo no educando as habilidades e atitudes necessárias para dita transformação. Conferência Sub-regional de Educação Ambiental para a Educação Secundária – Chosica/Peru

Os valores sociais, assim como os culturais são valoráveis, pois possuem mecanismos de embutir posturas comportamentais, seguir regras, ornamentos de aperfeiçoamento civilizatório, um estado de tranquilidades com o outro. Vale-se por formar os bons costumes em uma ginástica para a mente; a prática do cotidiano reflete o que se deseja como evolução cidadã. Para Araújo (2007, p.2), aprender a ser cidadão é “entre outras coisas, aprender a agir com respeito, solidariedade, responsabilidade, justiça, não violência”.

O que move o bom funcionamento da cidadania é abastecer-se de intencionalidades que premeditarão a moldura correta no agir desse trabalho promotor-condutor para a Educação Ambiental. Sem esse adestramento, o indivíduo perde a noção de que ele precisa estabilizar cidadãos intrépidos em um sujeito mais que consciente com as coisas do mundo, usando de uma satisfação sincera na abordagem crítica construtiva. Isso, referindo-se tanto a um profissional na área

educacional quanto a um sujeito comum e pensante nessa promoção, a um cérebro geneticamente humanizador nas relações interfacetadas. Uma política que interfira no social e cultural, na caminhada pessoal ética para corrigir uma economia que atravessa lares, montanhas e todos os povos. A economia famigerada da desigualdade entre nações, entre pessoas, entre pobres e ricos e entre classes e realidades.

No Art. 2º das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental e como marco legal considera:

A Educação Ambiental é uma dimensão da educação, é atividade intencional da prática social, que deve imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, visando potencializar essa atividade humana com a finalidade de torná-la plena de prática social e de ética ambiental. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, Art. 2º.

No paradoxo heterogêneo de defesas, apesar de ser exigência legal, a Educação ambiental deve ser vista de forma prazerosa, não por imposição, somente porque a legislação promulga-a, ainda que difícil de ser desenvolvida; sendo que requer atitudes concretas, como mudanças de comportamento pessoal e comunitário; considerando que as dificuldades são grandes quando se quer trabalhar verdadeiramente a EA, mas precisam ser enfrentadas, segundo Narcizo (2009).

Leff (2006, p. 17) vem dizer-nos que a Educação Ambiental Crítica, pelo contrário, surge como uma prática educativa que busca a solução para os problemas ambientais, tendo como principal objetivo uma visão integrada do meio ambiente, a fim de promover o entendimento da realidade e a emancipação dos sujeitos, através da busca individual e coletiva para a solução dos problemas enfrentados. Ele sustenta que: “O ambiente não é a ecologia, mas a complexidade do mundo; é um saber sobre as formas de apropriação do mundo e da natureza através de relações de poder que se inscreveram nas formas dominantes de conhecimento”.

A crítica é um conhecimento de domínio, e a ação educativa está implicada com o esboço da EA, na parceria de se autodominarem, no incentivo de buscas que completem o quadro vazio em que a terra se encontra. Se soubéssemos cultivar uma ótica boa, todo o nosso corpo oxigenaria por um despertar educativo inocente, esterilizador no andamento da contaminação.

Deve-se ter em vista que, a maior parte dos problemas ambientais tem suas raízes na miséria gerada por políticas e modelos econômicos concentradores de riqueza e geradores de desemprego e degradação ambiental. E, que tais modelos são adotados nos países pobres, por imposição dos países ricos, interessados na exploração dos seus recursos naturais, conforme Ribeiro e Profeta (2004).

A mais absurda informação é saber que os países pobres são os indicadores da miséria, da falta de combustível humano e que são os piores geradores da desgraça ambiental. Na grande oportunidade da educação ambiental, promover-se como tal, para que o indivíduo cresça com a formação ou educação cidadã, inclui uma didática tardia que danifica a marcha e as lacunas que vão ficando cada vez mais extensas e profundas para essa expectativa.

Quando se pensa em um mundo melhor para se viver, não deve caber ser intacto; precisa-se de um diagnóstico, de uma análise e de um olhar sensível, crítico e inusitado para compormos um ambiente propício para a sobrevivência nele; precisamos acima de tudo de nos analisar e refletir sobre o tipo de sujeitos que nós somos e o que podemos fazer para contribuir com o planeta em que ficamos por um período de tempo determinado.

O envolvimento da sensibilidade nas questões ambientais é simples, mas para ser um molde de amplitudes e desprendimento de pensar ser cidadão não basta, é fundamental agir; repensar os velhos conceitos e as atitudes e inovar artefatos difusos e de soluções que garantam um futuro promissor para o homem-natureza-espaco ambiente-sociedade-mundo. Essa maneira e/ou cuidado transfere a potencialização da educação no exercício de práticas que convencionalmente são fatores que sinalizam a multiplicação nas modificações do consciente.

A EA entra em cena com debates transmissores de sobrevivência, qualidade melhor de vida, relação amigável do homem versus natureza; em um pacto simbólico de reiteração pela vida ao considerar que sem “ela” não podemos retirar a sustentabilidade e muito menos provocar a exploração exacerbada e sem limites causados por pequenos detalhes, o que muitas vezes sem pensar, transformam-nos em “grandes monstros”, pois em nosso dia a dia, não costumamos atentar para o que nos pode afetar e ao próximo.

Para Leonardo Boff (2008), a palavra cuidar não tem significado apenas de zelo e de atenção, todavia, uma aproximação maior para com o outro; o afeto, por exemplo, a responsabilidade de cuidar com amor, com solidez; é a essência do ser

para com o ser, é o que vem antes de qualquer atitude. Melhor dizendo, a estrutura do ser deveria ser composta e introduzida no ser.

O desatento para com o outro, pode dar-se com pessoa, planta, animal, quando não está sendo cuidado, como diz Boff:

[...] desestrutura-se, definha, perde sentido e morre. Se, ao largo da vida, não fizer com cuidado tudo o que empreender, acabará por prejudicar a si mesmo e destruir o que estiver à sua volta. Por isso o cuidado deve ser entendido na linha da essência humana (que responde à pergunta: o que é o ser humano?). O cuidado há de estar presente em tudo.

Boff (1999, p.33) fala-nos que: “Cuidar é mais que um ato, é uma atitude. [...] Representa uma atitude de ocupação, preocupação, de responsabilização e envolvimento afetivo com o outro”.

A personalidade se constrói sobre parâmetros subjetivos, adicionados com a pluralidade da cultura, da objetiva sociedade. E por mais que queiramos nos afastar das responsabilidades, o envio desses acúmulos formam o envolvimento que o autor anuncia; e desta proximidade, o brio com que nos sombreia ou passa por nós; o inevitável acontece, a construção e o agregado de nosso ser, “a essência”.

O fundamental cabe ao indivíduo, contextualizar o cidadão que hiberna dentro de um inconsciente, e sobremaneira realizar projetos conscientes, com garantias de que possam ser fundamentados e valorizados em uma questão de pessoa biológica, porque a parte que “nos” toca não se resume em prestar ao campo cidadania; e sim em perguntar à voz que não quer calar: O que é Consciência Ambiental?

Para Peciolini (1999 apud Mazzorca e Silva, 2002): “[...] A partir da sua própria reflexão o homem constrói sua consciência crítica e esta permite transformar a sua realidade e seu ambiente”.

A EA é a precursora de inquietações no mundo, assim pessoas que vislumbram essa possibilidade acreditam que as ações cidadãs contribuirão em massa para os aspectos cristalizados pela população, possibilitando trazer à planetarização um adorno brilhante, com um simples gesto, o de enriquecer o que está ao seu lado, mostrando exemplos de cidadania.

4.1 A sensibilização, o cuidado e momentos de aprendizagem

Ao olhar para o céu de azul celeste, as nuvens que para o imaginário formam bichos e outras formas e o infinito formoso, contemplados como um presente notável; mais abaixo o “green” das nossas matas, florestas; o buquê de flores da primavera; as estações do ano e suas mudanças climáticas irreverentes em cada lugar; o solo fértil e improdutivo, a terra seca, a terra que se tira ou extrai o pão de cada dia, onde nascem as vegetações e as plantas, o capim que sacia a fome do gado e dos habitantes da “Terra”, hospitaleiro e acolhedor, molhando e nutrindo o seu solo; o chamado planeta azul, responsável pelo dia e pela noite, pelo amanhã da maior estrela, o Sol, que é luz, brilho que irradia no seu poente, pelo “pôr-do-sol” em que a estrela desaparece, pelo entardecer da noite acompanhado pelas estrelas, esferas gigantes com brilho próprio e que se mantém vivas sem riscos a outrem, natureza.

A espécie animal comendo para dar um colorido aditivo e complementar festivo aos nossos olhos; a atmosfera oxigenando a vida; os fenômenos naturais com toda sua majestade, como a chuva, o orvalho que cai sobre as plantas e que se difunde no ar à caminho do solo; a água dos mares, dos rios, riachos e igarapés, que saem de nossas torneiras como vida, que nos supre até o momento de não fazermos mais parte desse mundo.

Os planetas e a corrida giratória maluca em volta do Sol, movimentando giros de rotação = 1(um) dia em que podemos cultivar o mundo, solidarizarmo-nos com o vizinho da esquerda, da direita, da frente, de cima e de baixo, do outro lado da rua, da outra rua, de outro bairro, município, cidade, estado, país, continente, de todos os lugares. Conscientizando e exemplificando com minúsculos gestos, argumentos, palavras, frases, textos, que todos sem exceção, seres vivos do Planeta Água, somos intimados a comprometer-nos com a verdade que está escrita em dígitos mal traçados, mas que por ventura pode ter sido algo extremamente divino; e que fazer nossa parte para o todo completa o cômico, o preenchimento do vácuo que existe em ações pensadas e não refletidas, ocasionando um conscientizar efêmero. A transladação equivale a um ano de sensibilização, de motivações que esta vida terrena nos oferece. A sensibilização descreve nessa citação um sentimento de pertencer, de ser introdutório cidadão do planeta com operações que devem se dar:

“através da reaproximação com o natural, do emocionar-se com a natureza, do sentimento de pertencimento à vida planetária”, diz Guimarães (2009, p. 72).

[...] quase tudo que nós vivemos em nossas relações com outras pessoas ou mesmo com o nosso mundo, como no próprio contato direto com a natureza, pode ser, também, um momento de aprendizado. Podemos estar ou não conscientes disso, mas cada troca de palavras, cada troca de gestos, cada reciprocidade de saberes e de serviços com a outra pessoa, costuma ser também um momento de aprendizagem. (BRANDÃO, 2005, p. 86)

A alteridade, momento de aprendizagem e sabedoria, de nos colocarmos no lugar do outro, faz com que absorvamos trocas interpessoais, aumentando nossos conhecimentos e o instante do autoconhecimento para intervir numa relação de considerações e desconsiderações; de comunicação ou não; de afinidade e intrigas; de loucura e lucidez. O silêncio e/ou a solidão também é um momento de aprendizagem, estes abordam um saber incomparável e distante do que costumamos presenciar. Aprendemos ou para o bem ou para o mal, porque aprendemos a amar, a sonhar, a odiar, a tolerar, a reivindicar etc., ou seja, aprendemos a construir e a desmoronar. Sempre estamos em momentos de significativa ou não aprendizagem; construímos dentro de nós, uma natureza de otimização ou “um descontato direto com a natureza”. Inegavelmente, distanciamos-nos dessa familiaridade; e como ensinamento para todos, um exemplo histórico-bíblico é referente ao primeiro homem e à primeira mulher, punidos pela falta de consciência e obediência para com os preceitos divinos. A natureza estava pronta para ser mantida em seu estado original paradisíaca, de modo que o homem ao contemplar sua formosura vivesse em inocência e admiração. Mas, depois que Adão e Eva tentaram contra si mesmos, o pecado apressou-se no desvínculo com a natureza e em trazer suas consequências. Nela a pirâmide é de cima para baixo, e a visão do homem deve ser conservada de baixo para cima, cultivando-a e seguindo padrões voltados para a sua subsistência e dos humanos embriões que ainda nascerão e habitarão nesta terra.

Obstruir o pecado dos olhos e ter paciência em prestar atenção que toda essa maravilha que vive como o pássaro “phoenix”, ressurgindo e renascendo das próprias cinzas; essa palavra tem origem grega e significa “vermelho escuro”, que traduzindo para o caos da consciência ambiental equivale a uma área vermelha e perigosa no senso do ambiente e que deve ser respeitada, protegida e amada. Além de tudo, o

mal das mãos que embalam e secam o curso da raiz nata que envolve o sujeito no circuito do meio ambiente.

Para vivermos, se não tivermos zelo, somaremos momentos de inexistência para o meio ambiente e para nós mesmos; e chegará o tempo de prestarmos contas a ela; e já o temos prestado em curto, médio e longo prazo. O juízo final da inconsciência ambiental “por um pode pagar todos”.

Toda perfeição foi feita para ser aplaudida, agradecida e não crucificada e abolida. “Sua consciência é seu guia”, como diz o ditado. Provar a consciência ambiental é ter um autodomínio sobre o mal e se separar dele, como por exemplo, jogar o lixo no lixo e fazer um processo seletivo do que pode aproveitado, sabendo-se que famílias pobres e em extrema pobreza tem a reciclagem como um recurso imortal; saber que escovar os dentes com a torneira aberta é um desperdício vultoso; saber que o alimento esbanjado faz falta em muitas mesas e que muitos morrem por falta dele. A falta de respeito no ir e vir de cada um pode-se dizer que é uma falta de consciência no meio em que se circula.

A criatura ou espécie terrena se soubesse o seu pleno valor, arriscaria cem por cento em virtuosas sensações e prazeres de ser a própria característica da natureza; pouparia ser consumido pelo esforço tirano de ser envelhecido pela dureza do coração. Sua consciência ergueria uma bandeira ingênua, com a capacidade máxima potencial limitada do homem.

Outro tema problemático que marca o sistema de nossa nação e de muitas pátrias e registra um fator discutível, é a má distribuição de renda; esta ensina o indivíduo a ser mal-educado, porque a pobreza discursa e justifica os motivos pelos quais, a sujeira, as doenças, a falta de informação, a desvalorização e o ambiente escuro acontecem devido essa falsa epidemia do aspecto social. A onda da violência em todos os aspectos são refletores para dar um “empurrão” no que diz a consciência do meio, que se dá por intermédio de um “CPF” (Cadastro de Pessoas Físicas), associado com as obras dos homens; um sistêmico evento comum que veio após um evento incomum da naturalização da nudez ambiental. Na realidade ter consciência ambiental é transfigurar-se em uma “máscara de ferro”, solicitando e clamando por um lindo escrito que está na Carta da Terra, o trecho: “A escolha é nossa: formar uma aliança global para cuidar da Terra e uns dos outros, ou arriscar a nossa destruição e a da diversidade da vida. São necessárias mudanças fundamentais dos nossos valores, instituições e modos de vida”.

Acerca da venda que cobre os olhos humanos, Juliana Kappler, com sua opinião de gestora ambiental, constrói um texto como resposta, o qual diz que, ter consciência ambiental “é enxergar a espécie humana não como proprietária do planeta, mas como usuários”. Embora, estejamos aqui só de passagem, isso não nos dá o direito de destruir o que nos foi emprestado. E pensar que o mundo “procria”, o engendramento humano não terminará por enquanto.

Também se mostra, conforme o dicionário Aurélio, que a consciência apresenta: Conhecimento, noção do que se passa em nós, ter consciência de seus deveres; percepção mais ou menos clara dos fenômenos que nos informa a respeito da nossa própria existência; sentimento do dever, moralidade.

Assimila-se um intercontexto - a letra da música “Planeta Água” - do cantor e compositor Guilherme Arantes, 1981; faz um sintético “cair sobre”, uma meditação da razão e de uma etiqueta social emocional, um dos ingredientes importantes na observação externa à uma investigação gigantesca que desenha o status de que humildemente devemos render-nos e reconhecer a significância dos agentes de intercâmbio benfeitores, generosos e caritativos, um em complemento do outro. Os dois, homem e a natureza, agindo com bravura quanto ao que lhes foi atribuído. A pérola universal, a joia rara, “a água”, cantada nos versos conscientes do cantor. Um excelente tema que contrapõe dilemas arbitrários, tolerantes ao massacre no universo, ao clima do ambiente que descolore as telas de TV, aos noticiários das rádios, dos jornais, das revistas, dos livros etc., que com o passar do tempo torna-se mais sem cor, mórbido... Contrária a isso, diz a canção:

Água que nasce na fonte serena do mundo
 E que abre um profundo grotão
 Água que faz inocente riacho
 E deságua na corrente do ribeirão
 Águas escuras dos rios
 Que levam a fertilidade ao sertão
 Águas que banham aldeias
 E matam a sede da população
 Águas que caem das pedras
 No véu das cascatas, ronco de trovão
 E depois dormem tranquilas
 No leito dos lagos
 No leito dos lagos

5 O CARÁTER FORMAL E NÃO FORMAL DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O processo educacional formal do indivíduo moraliza a formação de hábitos civilizados. Nos PCNs, a Educação Ambiental está como tema transversal e plural; mas é notório o que “floresce” nos Parâmetros, formidáveis aos seus objetivos e metas e isso tem a ver com o papel de parede perfeito que o Brasil possui na educação, que embora até saiam dos documentos e livros, quando andam um pouco menos da metade da estrada, vem um vento forte com ideários contrários a uma perspectiva de ampliação e motivação para um estudo dinâmico e que contenham as pluralidades antológicas do aprendizado ontológico. Esse tipo de tipo ensino não representa nem aqueles indivíduos que tiveram acesso, tampouco aqueles que realmente não dão importância.

Dessa forma, com uma instrução formal fica difícil, tratando-se da questão da má qualidade de professores que não atingem um nível adequado de ensino e que por se apoiar em um pano de fundo camuflado não consolida o que deve encarnar de fato, a função de educar e de civilizar seres mais críticos e visionários dentro da escola que abarca o conhecimento científico.

Os ambientes não formais e a educação ambiental comunicam e desvelam os mistérios, aclara “as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente” (Lei 9.795/1999, artigo 13).

Por longo tempo, esse tipo de educação fora dos muros das escolas brasileiras foi olhado como unicamente um protesto e/ou quem sabe uma publicidade para efeitos normativos de que a natureza estava e está na eminência do declínio. Todavia, ainda consta este olhar na sociedade. No início, sua serventia pousava em manifestos para que os indivíduos ficassem antenados apenas; e por raras vezes, apresentou-se sem um conscientizar para valer, sem perseverança e exatidão no foco.

Em busca da satisfação por um interesse que enveredasse aos ensinamentos modernos ou contemporâneos, necessitou-se de laços fortes de aprendizagens criativas, iniciativas de empoderamento, para que esta forma pudesse se fixar em processos descontínuos na educação formal, que passou a tratar de assuntos transversais dialogando com áreas afins, inclusive as de outras línguas, mas que foram impressas nessa política para enfatizar uma conduta de aparatos universais.

Atravessando outras páginas, quebrando fontes retrógradadas, a educação não formal ganha uma força soberba, que pode ser vista como ativista sim, com a barreira natural fervorosa carimbada com fatores que fazem parte da vida dos “cidadãos”: O social, o econômico e o ambiental. As ONGs (Organizações Não-Governamentais) subsidiadas por seus desdobramentos, Artigo 13 da Lei nº 9.795, que dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental (EA), entende por Educação Ambiental não formal, as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente. Uma organização que, se bem trabalhada, legitima a educação ambiental à formação cidadã, na defesa, participação e criação de uma cultura e de um acultramento em proporção a um ativismo pragmático com aplicações de ações práticas, com jeitos e trejeitos, afinal de contas, com identificatórios criativos que permeiam a educação que salta para um viés com outro modo de se apropriar da educação ambiental. Amplia o terreno de saberes no intenso sistema dentro das escolas.

Até pode parecer paradoxal as comparações feitas entre ambas às formações; e nas (in)certezas da educação que foi implantada como a detentora do ensino no século passado e que resiste ao tempo de hoje, é lógico e coerente certos pensamentos. Consciente de que o caráter de tradições a levaram à “vibes” educacionais resistentes e práticas pedagógicas políticas que de certa forma não perderam a linha e continuam na vivência escolar de nossa nação a adotar métodos de influências tradicionais. O modelo burguês foi a grande inspiração, pois propagava que a educação seria um direito de todas as pessoas e que era dever do Estado apoiá-los e executar o cumprimento desse direito. Esta pública marca progressista barateia o ensino com sensacionalismos e utopias.

O ponto de negação é pensar na possibilidade de, conceber-se a escola como o centro do conhecimento a amparar a EA, como pouso para estudar voos maiores a oferecer auxílio de mudança em todos os sentidos. Agora, imagina-se... Uma escola em que a base de aprendizagem seja a própria, voltar-se para o saber dessa comunidade e anunciar projetos pedagógicos aos quatro cantos do mundo, entremeados inéditos, saberes da EA. O imprevisível acontecerá de quem menos se espera. A impregnação do valor formal e não formal à espera da educação ambiental que dança todos os estilos de modalidades e visões em todas as terras distantes. A estratégia de Menezes (2007) “os primeiros passos para trabalhar bem

a Educação Ambiental, é criar na escola, um ambiente capaz de envolver os professores de todas as disciplinas [...] e também a comunidade” (REVISTA NOVA ESCOLA, maio 2007, p. 46, 47). O Presidente da República publicou como lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 o decreto do Congresso Nacional e a sua sanção, no capítulo I e no Art. 2º o direito democrático da Educação Ambiental ser um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal. Como complementação o Programa Nacional de EA generalizando [...] Como parte do processo educativo mais amplo, todos têm direito à educação ambiental... (PRONEA, 2005, p. 65).

A Educação Ambiental, como perspectiva educativa, pode estar presente em todas as disciplinas, quando analisa temas que permitem focar as relações entre a humanidade e o meio natural, e as relações sociais, sem deixar de lado suas especificidades. (REIGOTA, 2004, p. 25)

As disciplinas que compreendem as ciências humanas, ciências naturais, ciências formais e empíricas etc., podem tutar relações marcantes com a EA sem perder a sua idiosincrasia, ao passo que sua peculiaridade se conserve íntegra em seus princípios, ciência e conhecimento.

O processo educativo no campo formal tem sido restrito aos educadores que ministram disciplinas que não sejam o ensino de ciências; isto põe uma desarmonia no trabalho da escola em que a educação ambiental equivocadamente seria uma prioridade específica de Ciências, e não o é. A missão de educar no contexto escolar é de todos. Solidificar a EA e desfazer o mito da irrealidade em volta da questão de seu ensino, com esforços deve ser uma questão de honra, e pode ser um triângulo de saberes formais, não formais e informais, por que não? Em todos os lugares ela se desenvolve e em todas as áreas de conhecimento. De sorte que, as filosofias presenteiam e bombardeiam os campos de instituições quando os professores ou educadores permitem-se utilizar de tendências e nuances para ressaltar a educação ambiental como paradigmática interdisciplinar, corriqueira no cotidiano escolar.

A Educação Ambiental está guiada a fabricar pessoas conscientes e autônomas para decidirem de forma justa em um corpo social, compartilhando

interesses comuns em coletividade fundamentável com o meio, dilatando composições positivas, de acordo com Layrargues (2004, p.7).

Dado que sua amplitude facilita um recinto propício aos ensinamentos e experimentação. A ambiência é o que menos importa neste jogo de sedução educacional. A ambiguidade dos ambientes põe fortemente a confirmação de que os vários sentidos são endereços certos, de que a EA abre portas de entrada para infindáveis saberes e educações. Frente a isto, contatos imediatos foram tricoteando em tramas sócias – ambientais na condensação do estado fechado de nossa educação brasileira para o estado equilibrado e transparente da educação ambiental em contextos ortodoxos. Inclusivamente, a educação ambiental informal segundo Silva e Joia (2008, p. 136) consiste nesta que é:

exercida em diversos espaços da vida social, mas não necessariamente possui compromisso com a sua continuidade. (...) Por exemplo, os meios de comunicação escrita e falada têm enfatizado atualmente os temas ambientais, mas com objetivo informativo.

O bom de tudo isso, é que esta aventura positiva é um facilitador de educação por meio de alternativas tecnológicas no qual o mundo acompanha, seguindo os avanços que intermediam o modo de vida, como os informes publicitários, os documentários, as entrevistas etc.; envolvendo a mídia em um elástico sentimental para sensibilizar o povo nas esferas privadas e públicas.

Nesta perspectiva, é que as operações matemáticas entram em cena, a desejar, a somar, a dividir as formas e seus tipos de educação para a EA multiplicar e dar a cada núcleo de ensino o pão de cada dia (a subtração de tudo que não representa a natureza e o meio e sobre qualquer coisa, o ser-homem).

5.1 Refletindo com as concepções e argumentos (correntes antigas e as mais recentes da educação ambiental)

É um privilégio a abordagem da Educação Ambiental em relação ao que a frente das correntes apresenta, pois estas são enriquecidas de concepções adversativas singulares e adjetivos e modos de interjeição que amiúdam, batem de frente com proposições carregadas de divergências idealistas. E entusiasmados pela direção visionária ao qual defendem, algumas deixam resquícios de dúvidas

aos profissionais da educação e aos indivíduos comuns de todas as classes. De agora em diante, habitaremos em territórios desconhecidos ou defenderemos o que acharmos mais apropriado ou que se aproxime mais de nosso capital cultural? Aliás, todos nós possuímos “um”, independente de classes sociais, uns mais ricos, outros mais pobres e outros mais empobrecidos.

Uma saída seria encontrar nos paradoxos, nos contrapontos fortes e fracos, uma ideia, uma metodologia, a qual se consiga localizar as qualidades e o fermento necessário para que o bolo cresça; espalhando o perfume universal no (e para o) indivíduo, na seletiva que vem de dentro para fora. As correntes se dirigem ao mapeamento, a maior parte a transformação do sujeito pela aprendizagem, isto é fato. Mesmo assim, esse ângulo pedagógico acaba, finalmente, por entremear outros acessórios incomuns a essa prática. Sendo que, esses encontros e desencontros não dificultam suas premissas, por mais que em suas estruturas racionais compartilhem as mesmas características. O idealismo de cada uma incorpora uma mente sã em suas distinções. Uma palavra ou verso pode está em duas correntes e vice-versa, três delas podem conter afirmações em uma, ou nenhuma delas conter nada de semelhança. Posto que, Corrente é uma “linha de pensamento e atuação na educação ambiental”, segundo Sauvé (2005, p. 17).

O flash-back das correntes que já existem há muito tempo examinam a Educa o Ambiental no sustento teórico, na funda o estrutural até a práxis que predominavam os anos de (1970 e 1980); e seus “carros alegóricos” concentravam-se na avenida dessa educa o, no metabolismo vivo e na energia da qual os cientistas nutriam-se, respiravam e sintetizavam as bases estruturais de seus pensamentos e conceitos.

Sauvé (2003) apud Sato, et al. (2005, p. 40) faz afirmativa de que o conceito de ambiente está relacionado com o contexto em que está inserido e apresenta uma diversidade de correntes em Educa o Ambiental, de concep es de ambiente, de objetivos e enfoques dominantes.

As relíquias que estudam e analisam a AE fazem fronteira com vias discordantes, e nesta linha embasam e sacodem as discussões relativamente em torno da Educa o Ambiental. Entre elas as que trazem como pioneirismo: **a corrente naturalista; a corrente conservacionista/recursista; a corrente resolutiva; a corrente sist mica; a corrente científica; a corrente humanista; a corrente moral/ tica.** E as mais recentes: **a corrente holística; a corrente**

biorregionalista; a corrente prática; a corrente crítica; a corrente feminista; a corrente etnográfica; a corrente da eco-educação e a corrente da sustentabilidade:

Uma comparação entre pontos de equilíbrio teóricos: a humanista x naturalista x holística no elenco das contradições positivas para o fomento da EA.

A **Corrente Naturalista**. Os militantes naturalistas posicionam-se no formato de aprenderes com e sobre o natural da correnteza centralizada na natureza. Um tocante poder de sabedorias educativas, e mais que isso, um aprender aquisitivo provocado pela atualizada e sempre bela “natura”, palavra latina que significa (qualidade essencial). Esse aprender com a natureza destrincha a afetividade, a espiritualidade e a região artística que está influenciada geralmente pelo mundo natural e físico. O brasão naturalista tem uma identidade que nomeia o (aprender com coisas que dizem sobre ela), no caso, o uso da cognição, viver e ter uma experiência (associar os talentos dos seres humanos com a própria).

Resenhar os naturalistas na frequência máxima, na autopista da Educação Ambiental,  pôr uma tica na crença de que o indivíduo tem uma aprendizagem ou educação livre com o meio natural.

O norte-americano Steve Van Matre (1990)  um tpico naturalista que fez proposições a cerca de incentivar a reconstruir coisas as quais ninguém mais d crédito “A Educação para a Terra”, por meio das quais, leva pessoas a acharem ou suporem uma Educação Ambiental não resolutiva. O trabalho de Van Matre consiste no enfoque  criança, a sentir o meio e explorar o fantástico e deslumbrante, a ter vivências ecológicas enigmáticas unidas com a generosa natureza.

O segundo o autor Michael Cohen (1990), quase que com as mesmas palavras do primeiro, comenta que se deve primeiro compreender o funcionamento da natureza, conhecê-la para depois usar de “meios sensíveis: o enfoque  sensualista, mas tmbm espiritualista, pois se trata de explorar a dimensão simbólica de nossa relação com a natureza e compreender que somos parte integrante dela”.

A natureza, do ponto de vista dos autores que antecederam essa seção, dá voz e voto a uma aprendizagem palpável, a um espaço cenográfico; cada objeto físico-natural profetiza simbolicamente a capacidade de apreender com maior teor espiritual. Nesse sentido quaisquer coisas que estão aquém da mteria.

Darlene Clover e colaboradores (2000) propõem um alto relevo para a educação, pois focalizam a natureza no exercício de seu magistério, ministrando aos aprendizes um despido ensino, o “outdoor educations”, um educar ao ar livre. Insistentemente “compreender os direitos inerentes à natureza, de existir por e para ela mesma; o lugar ou “nicho” ou o papel do ser humano se define apenas nesta perspectiva ética”.

Daqui para o futuro, naturalistas em defesa “in natura” correm para um rio chamado ambiental, cuja correnteza leva-lhes para definidas visões de mundo, acreditando ter na natureza uma interpretação de ensino para os sujeitos que levarem em conta sua complexidade, ao buscarem a fundo o seu âmago e o que se pode absorver através dela.

O elenco da **Corrente Humanista** conta com a participação de indivíduos que dão ênfase a profundidade humana no meio em que trafegam. Contrariamente a versão anterior, os humanistas consomem o homem como o objeto de estudo central e supremo. Para eles a Educação Ambiental deve ser um qualificativo na simbologia de coisas não concretas, mas que põe em evidência a grandeza de seu valor.

Em possíveis termos, a Corrente Humanista se iguala ao modo de ensino externo perceptivo aos estímulos interpretativos do firmamento (o mundo). Essa corrente tem como adjuntas as convocações sensoriais para a Educação Ambiental, que é usuária da sensibilidade afetiva. A relação entre ambas se equiparam nesse sentido e também no aspecto cultural, embora a corrente ocupe-se de retratar os patrimônios, as construções; o valor cultural de uma cidade planejada ou não, de edificações históricas arquitetônicas, como igrejas e casarões antigos, profusores de conhecimentos e de aprendizados estéticos e culturais, aos indivíduos propulsores de nós seguros para entendimentos mais sólidos à Educação Ambiental. Os humanistas discernem que o meio ambiente interage com as construções humanas feitas pelas mãos dos homens. Liga-se uma irmandade entre o meio ambiente e a vida que o sujeito traça com as “invenções humanal”.

Em defesa da análise e da racionalidade, os que recorrem à **Corrente Holística** levantam problemas atuais e deveras serem exclusivamente os fatos que tiveram destaque em séculos anteriores. Levam com seriedade a importância da totalidade do ser e da realidade, mais precisamente, a trajetória de vida do mesmo, e o convívio de amizade ou não, das relações no que conhecemos de ambiente.

A mirada holística tem visualidades racionais de tudo o que existe, até mesmo dos seres não humanos, muitas vezes envolvidos, tracejando uma cara difícil de ser analisada socialmente em ou na participação, seja ela, coletiva ou individual.

Nesse inverso drama das correntes, Layrargues (2002) destaca as duas atrizes, diga-se de passagem, tão principais quanto as demais: A Conservadora/Tradicional e a Transformadora/Crítica, que são as linhas que o autor defende. A Conservadora tem sua pretensão apolítica, isto é, devendo dar lugar a certa aversão por assuntos políticos; e é defensora do “status quo”, ou seja, mantém e é defensora do estado das coisas. Ao que tudo indica um espécime de “mãe” das condições atuais.

Ao passo que a Crítica auxilia e se mobiliza com os sistemas sociais, além dos sistemas ecológicos. Layrargues (2002, p. 190) diz mais, “a EA crítica é um processo educativo que está de sobremaneira comprando lutas políticas, e amplificando o juízo crítico dos educandos as peripécias sociais e contendas e incompatibilidade da sociedade do ambiente”.

À medida que se vai desenrolando ambas as correntes, desvenda-se que Layrargues mostra as duas “faces da moeda”, a cara ou a coroa, duas alternativas opostas entre o sim e o não, mas que em contrapartida resumem a mesma intensidade de probabilidades em seus instintos idealistas na contramão.

Lucie Sauvé (2005), em suas pesquisas comprova que existem 15 (quinze) correntes de pensamento concebidas na década de 1970 e 1980 até as mais recentes. No quadro demonstrar-se-  um resumo significativo e definido:

- a) **Naturalista** - educa o para o meio natural, centrada na rela o entre ser humano e natureza, de enfoque cognitivista, experiencial, afetivo, espiritual ou artístico;
- b) **Conservacionista/Recursista** - centrada na conserva o da natureza-recurso, quanto   sua qualidade e quantidade;   uma educa o para a conserva o, baseada nos 3Rs;
- c) **Resolutiva** - da década de 1970, busca a soluço para os problemas ambientais que são causados e amplificados pela a o antrópica de forma informativa e formativa, adotando a pedagogia para o desenvolvimento, no sujeito, de habilidades resolutivas desses problemas;

- d) **Sistêmica** - baseia-se nas interações e conexões entre as relações dos sistemas vivos e não vivos, com desenvolvimento cognitivo de habilidades para análise e síntese, com observação da realidade e dos seus fenômenos;
- e) **Científica** - de caráter cognitivo, dá ênfase ao processo científico de Educação Ambiental em sua relação causa e efeito (observação dos problemas, elaboração de hipóteses, execução de experimentações para confirmação/negação da hipóteses);
- f) **Humanista** - dá ênfase à dimensão humana do meio ambiente, à diversidade cultural e natural, aos símbolos e à leitura da paisagem como meio para entendimento do paradigma ambiental, para melhor intervir sobre os problemas detectados;
- g) **Moral/Ética** - valorização dos princípios éticos para melhor relação com o meio ambiente, atuando sobre os valores e a consciência na busca de uma moral ambiental e comportamentos ambientalmente corretos;
- h) **Holística** - busca analisar de forma racional as realidades ambientais e os sujeitos envolvidos, traçando um perfil da complexidade em suas relações socioambientais e na totalidade individual e coletiva;
- i) **Biorregionalista** - enfatiza os aspectos geográficos (naturais e humanos), com ênfase no convívio harmonioso com o ambiente, buscando desenvolver o ecocentrismo e o sentimento de pertencimento à região;
- j) **Prática** - ênfase na aprendizagem da reflexão na ação e *feedbacks* positivos, caráter de pesquisa-ação, visando mudanças no meio (socioambientais e/ou educacionais);
- k) **Crítica social** - baseia-se na teoria crítica das ciências sociais (emancipadora e libertadora da alienação da ideologia dominante), com que analisa as dinâmicas socioambientais e seus problemas, de forma a buscar indagações e respostas nas mudanças de concepções e atitudes (pedagogia de projetos);
- l) **Para a sustentabilidade** - conceito e condição absorvidos pela EA na promoção do desenvolvimento socioeconômico da humanidade, em condição indissociável da conservação dos recursos naturais, na equidade de sua utilização para estas e as futuras gerações ;
- m) **Feminista** - nasce dos movimentos feministas ou ecofeministas, visando à análise e à denúncia das relações de poder nos grupos sociais, políticos e econômicos. Busca a igualdade de direitos e deveres nos gêneros, rompendo

os preconceitos e a misoginia; Autóctones: pessoas naturais da região que habitam.

- n) **Etnográfica** - dá ênfase no caráter cultural da relação com o meio ambiente, fazendo uso da Etnopedagogia nas comunidades autóctones, a fim de entender a sua cultura e suas relações com a natureza e utilizando esses conhecimentos na sensibilização das comunidades e de outras, com a valorização do pertencimento à região, aos saberes e cultura locais; Eco-ontogênese: “formação da pessoa em relação ao seu ambiente” (SAUVÉ, 2005, p. 36).
- o) **Ecoeducação** - dá ênfase na parte educacional da EA, buscando uma ecoformação e eco-ontogênese do sujeito como desenvolvimento pessoal de forma responsável com o meio ambiente e na solução de seus problemas;

6 ANÁLISE DE RESULTADOS

Analiticamente, o histórico foi o grande início da análise e observação no processo de escavação conforme as informações obtidas por meio de suportes científicos que destrincharam o que eu pretendia saber e entender. Em virtude dos efeitos, essas pesquisas proporcionaram-me fazer comparações adequadas entre o ontem e o hoje; e verificar que os resultados vieram instantaneamente, à tona, no meu modo de ver, dessa educação idosa e/ou antiga da qual muito se falava e se fala e pouco se faz para o seu evolutivo.

Porque ao adentrar com as máquinas teóricas, leituras e observações, constatei que já me via dentro dessa viagem fantástica que se tornava cada vez mais clara e real, a partir do século dezenove ao vinte e um. Subjetivamente, banhei-me em rios profundos da educação ambiental e mergulhei em águas doces e salgadas, principalmente, com as conferências, os programas e os movimentos; mas os quais, no entanto, considereei que são estruturas socioambientais reais, ao perceber que não são apenas dados bibliográficos a servirem para realizar um trabalho de conclusão de curso. E o verídico que traz esse tema deve ser conhecido de fato por todos.

O Histórico foi a coleta que teve um resultado instantâneo, no qual o fruto datou uma aproximação de pertencimento em fatos que foram construídos com base em eventos valoráveis para o vigor da Educação Ambiental; fertilizando com fórmulas que traduzem as datas das convenções extraordinárias que ficaram para a história ambiental; e que trouxe traduções compostas de teóricos que em especial plastificam um pensar isolado, e sobretudo, generalizaram de forma absoluta a EA, dissertando os prós-e-contras das mais diversas hipóteses, afirmativas e resoluções, para sacudir essa educação.

Um logotipo com um começo político de políticas públicas, reverenciando a parte física-material de ambientes que dessem um pontapé inicial às composições participantes de objetos humanos ativistas em projetos cidadãos, como prenúncio de conceitos e processos educativos. Expositivos que cenografaram as teorias a garantir resultados que veemente contribuirá na formulação de outros pensamentos.

6.1 Teóricos, hipóteses e comprovações nos resultados

As comprovações são relativas, e o que preencheu esse final, foi justamente o individualismo idealista de cada autor, a técnica filosófica e o empoderamento de seus manifestos, a heterogeneidade da EA. As citações e levantamentos hipotéticos causaram o quociente do trabalho que formentou em uma análise na qual as dúvidas transformaram-se em comprovantes que tiveram assinaturas com as quais as teorias apocalípticas persistem neste universo.

6.1.1 Contradições e embates

O fundamento da importância de um trabalho em conclusão está posto nos antônimos e nos contrastes reflexivos. Os embates discursivos que sobressaltaram a análise como um portador de identidades que em conjuntura são sinalizadores de justificativas no limite de cada sapiência; como em grande parte a favor de uma Educação Ambiental que implanta novidades em aprendizagens e condutas; e principalmente, que atua como explicação do combate “intravenoso”, isto é, no interior das veias, mas que são transmissores relevantes de resultados mentalizadores ao se questionar. E cujos desmembramentos de ideias são finalizadores.

Na literatura de conceito, possibilitar-se-á ter uma panorâmica amplitude desse caminho que nos conduz aos aspectos incompreendidos pelas sociedades. A tábua de mandamentos prediz a tolerância, porque são nos escritos e nas visões que estão a clareza que nos mostra como somos pequenos, a ponto de não enxergamos em linhas gerais, o que define a significação de uma temática salutar e de uma conclusão considerativa por apresentar elaborações e percepções sustentáveis. Os teóricos dos autores pesquisados deram suporte às colunas que foram erguidas na execução de todo o trabalho; que comporta citações diretas e indiretas, paráfrases e resenhas, de modo que o referido conversasse com as comparações e divergentes linhas de pensamentos.

6.2 Análise Comparativa das percepções

Seguindo a avaliação dos atores que construíram o campo da EA, nesse minucioso contexto, Sauvé (2003), partindo dessa amostragem de correntes considerativas para interpor um recurso dominante a sucessões de impressões e reflexões que componham uma mesa perante o que é idoso e jovem na EA. Essa elencação de Sauvé predetermina a sofisticação de conceitos que historicam a inserção “democrática” de acolhimento para se considerar o pensamento de cada raciocínio.

Alegra-me o fato de, podermos brincar com a diversidade, com as nuances das correntes que a autora apresenta-nos com suas sábias proposições, até práticas e fundamentos mentalmente subjetivos. A exequibilidade com que a autora mostra ao leitor os enfoques que dão uma variedade de conceitualização e que o prende no entorno atualíssimo e empreendedor, levando-o a ficar à vontade para optar. Lucie Sauvé diz que “cada um predica sua própria visão”. Certo. E como embebê-las? Será que quando as classificarmos, caracterizamos em seus pontos comuns as oposições, divergências e complementaridades que Sauvé conclui ser uma estratégia de apreensão teórica e prática no campo da Educação Ambiental.

Acredito que isso não é o bastante, pôr todo esse material na “feijoada” da EA, ou seja, sistematizar, ainda que identifiquemos a compatibilidade no diferencial. O problema existe e está dentro de cada defensor, a ser resolvido como emancipação humanizadora e não a uma prática controladora do modo certo de fazer tudo certo. Por isso, devemos propor avaliarmo-nos como correntes e não nos prendermos a elas, colaborando para o incentivo ao mau domínio que cada uma tem. Ou os planos das correntes que aqui se encontram são indiscutivelmente perfeitos?

As quinze correntes explicitadas foram destinadas à complementação deste trabalho, sobre o qual estou convicta, mais especificamente de que, os parâmetros intencionais de Lucie conectam com as funções teóricas e estruturais pedagógicas ou não, nos parâmetros do domínio do ambiente, da centralidade e do foco da EA; dos privilégios e das estratégias ou dos panoramas que ilustram as correntes.

Os dados levantados, pesquisados, analisados, considerados e resenhados com senso crítico enveredam a sistematização que em análise estão sobremaneira em pesquisas quantitativas e qualitativas desde o princípio, havendo feito detalhado

trabalho bibliográfico em décadas, durante o percurso que se deu a proposta do TCC. Perceptivelmente, um esquema e um enxugamento das correntes, que são uma diversidade que qualifica os sensoriais do indivíduo na revitalização de ideias novas em todo o processo da EA; como uma brusca mudança na intempérie da Educação Ambiental a novas formas de reverter o quadro, na esperança de se afirmar como parte desse clima ambiental.

Formou-se na questão da EA, uma responsabilidade advinda do discurso secular, encaminhado com um quantitativo de arquiteturas históricas, para então o concreto qualificatório ser na realidade um suplemento contínuo, agora, de analisar o que fazer com projetos ambientais. Surge, então, uma epidemia de propostas contraditórias acompanhadas de sabores e dissabores que são os desafios desses enfoques que dominam em primeira mão uma linha de pensamentos semelhantes, diferenciados na intenção do locutor, interpretados pela impressão de cada palavra escrita.

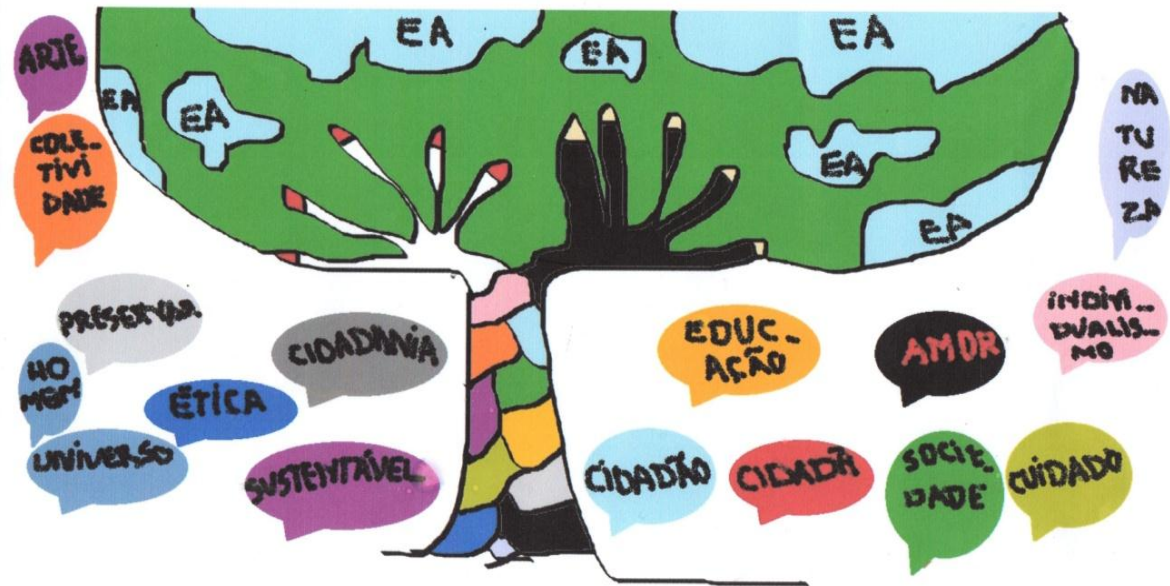
O ideal seria observar os dados do passado e a quantidade de feitos em décadas, que discutem “democraticamente” direitos, e esses em pleno domínio constitucional defrontam-se em seus manifestos, não mais com um ministério político, mas com a própria política de cada indivíduo emanada exclusivamente pela sociedade em que estamos inclusos.

Ponto a ponto, as sacadas dos que vivem a Educação Ambiental em alguns pontos cardeais do mundo trouxeram características fortes às gerações recentes, por meio das mais belas conferências e conceitos sobremaneira perfeitos, presentes no jeito de prescrever a história ambiental, proximais da realidade de cada um e que estão lado a lado, apesar das circunstâncias; enquanto a práxis da EA engessa, por estar à mercê de um ego condizente com a cultura dos povos.

Os protagonistas desse episódio contudem seus raciocínios quase que infalíveis, e isto soma um percentual diretivo; e seus abordos nutrem diversos tipos de disciplinas corretivas para um bom comportamento ambiental, os quais pouquíssimos recorrem ou se submetem aos sentimentos, aos exames autocríticos.

Por outro viés, a essência humana, sobre a qual Boff (1999, p.33) enfatiza que, o cuidado com o ser humano carece de um ato de responsabilidade. E esta figura sintetiza o que foi tratado na análise:

Figura 1 – Sistematização para chegar a um nível de conscientização-cidadania na/para a EA.



Fonte: Produção autoral.

O sentimento que Boff explicita favorece a apreensão de um “link”, que diferente de Lucie Sauvé, fomenta algo transcendental, da própria essencialidade que predica o indivíduo quando em sua camada interior, transpira a essência dessa busca de primor para com o mundo.

Em cada parte do trabalho houve essa qualidade na produção. O autor participou e complementou a natureza deste, que com sólidas bases trouxe um atrativo diferencial em sua tese de se pertencer ao outro. E ao escolher o mesmo, percebi imediatamente que não seria apenas uma responsabilidade para com o outro indivíduo, mas uma entonação e um som agudo para completar a grande orquestra da vida, a educação; e em virtude dessa escolha, desenvolvi um atributo de grande relevância, especificamente para a Educação Ambiental, “o olhar sensível para com as coisas do universo”. Fator determinante que indica um direcionamento de apreensão e consciência e cidadania. Isso me facilitou buscar nessa educação, um entendimento que arquitetasse essa análise, de maneira que a fortaleza de ideias trouxesse articulações, que na realidade em nossa educação não existe. E se

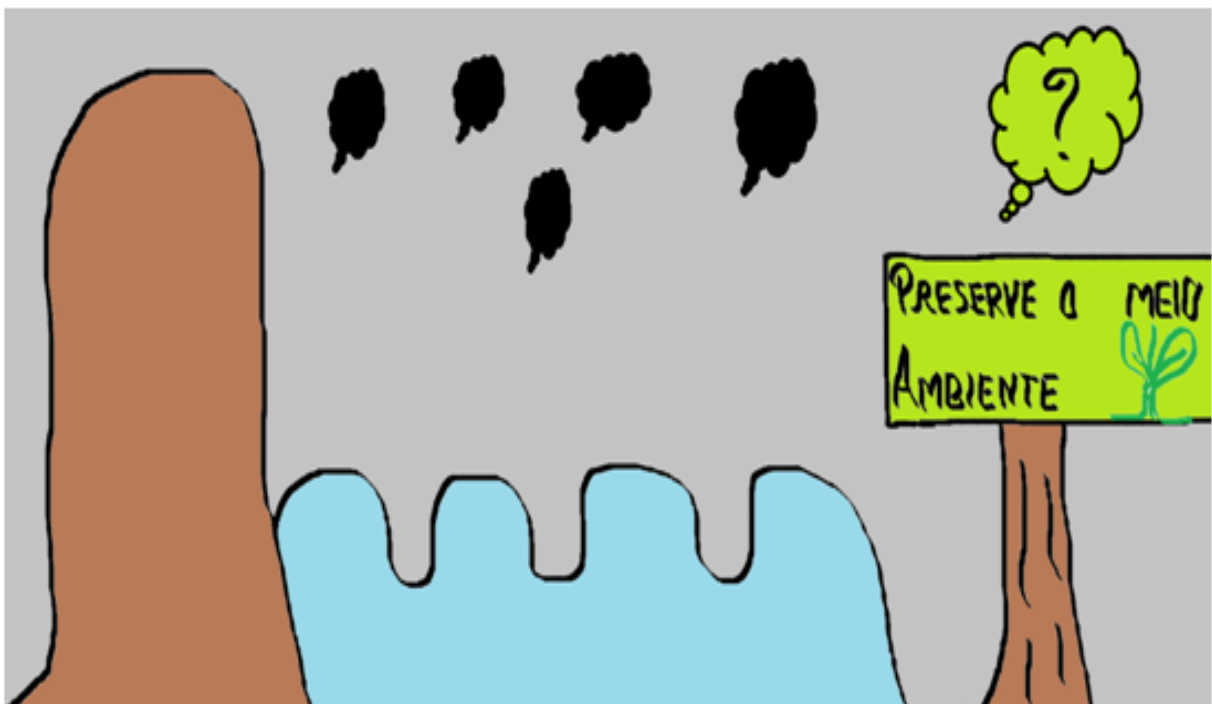
alguém sente a necessidade de fazer o diferente em termos de o melhor viver, causa incomodação.

Dias (2000, p.202) argumenta que a AE deve estar em todas as modalidades de ensino formal ou não da educação brasileira, como essencial. O autor ergue a bandeira das articulações e entrâncias, e isso, soa em sua fala teórica, direitos em que todos os cidadãos, sem exceção, possam ter esse conhecimento. Com a perspectiva aí de, destacar a AE e a sua função dinâmica e acultural na educação.

Para que esses dados se transformassem em algo pessoal, trouxe o espiritual, e que Leff (2001 pág.15) dispõe-se a considerar como indispensável. Porque creio, ser o espiritual do ser humano, a parte que discute e integra a essência no mundo. Dispus na bibliografia um resumo de tudo o que foi coletado de material e espiritual, sendo que este prevaleceu em razão de compor uma sinfonia que soa o conhecimento ontológico.

Articulando com outro contexto, imaginei um dado estatístico com uma imagem e uma pesquisa qualitativa para enfatizar a AE nos três séculos XIX, XX e XXI, em um grau que evidencia um comparativo de altos e baixos. Assim, observemos:

Figura 2 - Dado subjetivo/imagem da Educação Ambiental.



Fonte: Produção autoral.

O ser humano cogita além de suas capacidades e limites, mas se esquece de que o melhor desta terra está na natureza, e que por isso deve ser preservado o que ela nos cede, caracterizando que podemos sim nos preservar também como cidadãos; e que por meio destas ações, só assim, poder-nos-emos tratar com dignidade e respeito; por meio de características que o tempo exprimiou, embora corresponda a um visual atual em uma roupagem antiga, em que se deram os episódios nos períodos das décadas e no início ou final do período de cem anos.

A consciência, a cidadania, a sensibilização, o formal e o não formal da EA funcionaram como órgãos operacionais ou células, para a sistematização do tema Educação Ambiental. E para representar isso, em uma amostra autoral, em séculos, resenhei uma estatística pessoal em forma de desenho/imagem:

Figura 3 - Estatística conclusiva dos resultados analisados



Fonte: Produção autora

Nesta imagem as divisões são ou representam cada consciência, as cores equivalem às especificidades que em meio a tantos modismos culturais acabam por definir uma cultura social depressiva, causando uma degenerativa sociedade na natureza. O verde representa um percentual pequeno, as sobras dessa

inconsciência; e o preto, a escuridão do caos, as consequências de tudo o que se pratica, são as partes maiores. Pode ser também interpretado como os desafios, os conflitos que devem ser ajustados, até que se chegue a uma conscientização universal.

Em consonância com a educação, a aprendizagem de (Brandão, 2005, p.86) dá um aspecto de afetividade a um lance, aquele instante em que começa o aprender com o mínimo, com o piscar de olhos, com o falar, com cada troca, com atitudes. Pois, o grau comparativo referente ao encontro com os teóricos, pode ser definido como momentos em que se ensinou e se aprendeu, postando valores calóricos de aprenderes que tomam consciência ou não, e que Brandão, sensivelmente, torna possível. Um aperitivo que desperta e fortalece a percepção e o cognitivo do ser, a sensibilidade que se desenvolveu através do tema: Educação Ambiental, em um contexto de análise bibliográfica, que enfatizou uma das características fundamentais para o processo que enredou “o plano espiritual do ser humano”, suavizando as aprendizagens necessárias, sustentado por Leff (2001, p.15).

Os indicadores de relevância nesta análise contribuem socialmente, buscando ampliar a prática e perpetuar o saber “ser” na vida e para com o mundo. Pensando desta forma significativa, o que foi avaliado neste intercontexto da Educação Ambiental conjugou “coisas” que explicam e conceituam uma educação que perpassa as vias mais estreitas; capacitando o cidadão, a cidadã, o aluno e o não aluno, a exercer, queiram ou não, um pertencimento que deve ser uma política sociocultural e que tenha características de um “DNA” forte oriundo da natureza. Um fortalecimento íntimo e peculiar, um conhecimento sobrenatural que vem do próprio Criador. Determino como resultado e discussão uma bibliografia que tem um cunho biológico comparado a uma membrana citoplasmática que contém: citoplasma (a sociedade) e núcleo (pessoa).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na primavera silenciosa de Rachel Carson, faço as minhas considerações na visão do amor e do respeito para com a vida de um modo geral. Creio que a Educação Ambiental amadurecerá se cada organismo vivo humano vivesse uma história real de repúdio e de insatisfação, como a vivenciada por Rachel.

Juntamente com a possibilidade da extinção da humanidade por meio da guerra nuclear, o problema central da nossa idade se tornou, portanto, o da contaminação do meio ambiente total do Homem, por força do uso das referidas substâncias de incrível potência para produzir danos. (CARSON, 1969, p. 18)

Sua manifestação e presença feminina fez de um livro uma poesia, uma fábula agigantada de desabafos, de doses, gota a gota, na salvação de seres vivos a desfrutarem de um amanhã, onde a primavera seria uma referência para as estações que viriam após. As lembranças boas tocariam um som mais suave para o canto dos pássaros.

Carson, na ocasião, divulgou um sinal de socorro, de desencanto e assim encontrou meios para tocar as pessoas lançando o seu filho mais recente e questionado por muitos, naquela época. Na obra, alastrou de forma incomum o lirismo na fusão de transferir seus conflitos internos; abordou sem medo um histórico “in memoriam” da ausência da cidadania e consciência política e social. A fim de que, seu aspecto político aprisionasse uma educação ecológica; ao meu entender, uma prática educativa em que as pessoas resolvessem-se como cidadãos históricos nas batalhas e guerras contra o mal. Vejo que formar pessoas é formar seres libertos para atingir até ao último grau suas angústias no estado em que se percebem indevidas situações desastrosas.

Para além da contagem, em ordem crescente, o espírito da Educação Ambiental é um processo que continuará sendo acalento para a civilização, por mais que essa conscientização não exista verdadeiramente, porque o que transforma o indivíduo são os princípios espirituais que vem de Deus, unidos com uma educação secular; mas isso vem ardente no século XXI, provavelmente o “mar vermelho” se abrirá para as novas pessoas.

A solidez da EA volta-se para o alvo certo de seres mais conscientes e refletores de imagens; uma cidade cenográfica de possibilidades; de ascensão

psicológica, intelectual, social, cultural, política, econômica, tecnológica, ética e pessoal e, contudo, uma prática educativa no âmbito da educação em diversificados espaços de apropriação educativa.

O papel ou a função da EA significa uma experiência de amor, estabelece um cadastro único, uma experiência que tem um registro histórico, mas que sempre esteve presente dentro de nós, dos nossos ancestrais, da humanidade longínqua, dos povos antigos, ou seja, dos primeiros homens e mulheres que aqui estiveram, e através do que se entende como educação ambiental, viveram o adjetivo ambiental e o substantivo educação com ou sem noção, mas provaram; porque ela sempre existiu e agora conecta com o mundo do elo perdido e das injustiças.

A verdade da natureza não é algo isolado, esclarece-nos sua predisposição ao indivíduo; e o que o homem pratica é um indício de guerra mundial que o transporta para lugares inconscientes e são descarregados como bomba atômica, exterminando vidas viventes.

A história de Carson lembra-me estações que já passaram, onde o verde era mais verde, e se passeava pelas praças sem medo e se respirava um ar menos impuro do que hoje. Via-se mais vívidas pombinhas nas praças, nas ruas; e não um índice de carcaças de pombas achatadas no chão como nos desenhos animados; os cavalos de estância eram melhores alimentados e menos judiados pelos carroceiros; as ruas de outrora sorriam com meninos e meninas brincando de pira-se-esconde, macaca, pula-corda etc. Era um ambiente mais feliz, considero, lembranças de um passado com menos violência.

O que mais me tocou o coração foi o que a Educação Ambiental trouxe para o vestuário, para vestir o indivíduo de princípios e práticas, capacitando-os em cidadãos melhores a conquistar o planeta com o bem. A saber, de vitórias específicas e gerais para a educação que vem na travessia, galgando e se fortalecendo espontaneamente como a natureza. No, entanto, por mais que a cidadania seja relevante em suas respectivas práticas civilizatórias, a consciência e o discernimento falam mais alto. Posso ir mais além, com a mensagem de que a AE gera um espelho com muitas faces a sonhar com um hoje, com um dia que não passe tão depressa, e com uma noite que não demore a amanhecer. A Primavera Silenciosa de Rachel reabre o início de uma consciência premeditada, enquanto que o Césio 137 foi o contrário desse relato; uma desinformação, uma inocência que

abalou a cidade de Goiânia em 1987, com a morte de centenas de pessoas por contaminação radioativa, pela falta do conhecimento ambiental ou inconsciência.

Findo este trabalho, não com o ponto final (.); mas com as reticências (...) de que este tema Educação Ambiental é promessas de encanto e de superação do sujeito para com a mãe natureza; esta de onde extraímos a sustentabilidade para nós e para nossos entes queridos, e por isso temos que ser gratos, vigiando para não cometermos insanidade contra o meio o qual nos fornece os adornos mais que fundamentais; para que em gratidão perpetuemos uma missão de interiorizar pensamentos de afetividade em prol da educação que estabiliza nos sujeitos uma reação humana consigo e para com povos diversos, sejam brancos, negros, índios, mestiços, amarelos e outras misturas de cores; resgatando o que está pela metade, os seres em extinção, e as fabricações do homem. Tudo se refere à metade do ambiente terrestre. Para Brandão (1995) "a sensibilidade traz esperanças de novas relações com afetos de responsabilidade para com o presente e o futuro, não só das gerações humanas, mas de outras gerações de seres vivos".

Vejo-me como uma felizarda, como uma aniversariante que ganhou um lindo presente de vida da parte de Deus; o qual eu pude olhar e criar as mais belas fantasias em uma educação que veio para ficar nas cordilheiras, em uma área geográfica definida por um conjunto de montanhas, que no meu pensar, são os desafios, as descon siderações e as irracionalidades de um tempo estranho e duvidoso. Todavia, a EA é um direito do homem e com ele está "a faca e o queijo", cabe a ele decidir o que é melhor a ser feito, na medida em que, o tal reconheça o seu direito como um dever, e com o livre arbítrio de meditar as responsabilizações de que o plano de nosso vasto planeta não fique na escuridão e na cegueira de nossos olhos.

A terra ambiental necessita urgente de cidadania, do trabalho humano voluntário na salvação da pátria de todas as sociedades e estações de primavera, verão, outono e inverno. Os cantares de pássaros no planeta soarão como uma trombeta de anjos brigando por uma causa justa, a Educação Ambiental.

Carson, portanto, tinha uma idealidade, o de consertar a crise no ambiente em que vivemos; o cotidiano primário a ser desmantelado e o som de um concerto de ópera gerenciado pela educação na qual o sistema único capitalista invade o nosso dormir, o nosso acordar e o nosso lazer. Visto desta forma, cada vez mais devemos ter a mente aberta pra aceitar o despertencimento que provocamos em

meio às nossas ansiedades e devaneios. Os descaminhos da Educação Ambiental traduzem neste Século XXI (Vinte e Um) tal desfecho adulto eminentemente a desembocar práticas de educação conscientizadoras nos desdobramentos da nossa própria educação.

O jogo de cintura da Educação Ambiental prevalecerá pela sua idoneidade de caracteres que a formam com um idioma em que todas as línguas, as variações linguísticas saibam interpretar mundialmente. Suas narrativas encontram-se em primeira, segunda e terceira pessoa do caso reto ou oblíquo, tanto faz; equivalem a uma redação descritiva, dissertativa-argumentativa, aquecendo os oceanos e derribando as muralhas, trazendo vitoriosas conquistas desde os três séculos que ficaram para história da EA, contra os holocaustos que o homem inaugurou na terra a seu contra favor.

Hoje, amanhã e para todo o sempre faço votos sinceros que a humanidade reitere-se de energias e de influxos danosos e inconvenientes e passe desse estado para o fluxo da paz. Amém. “The end”, não! Considerações!

REFERÊNCIAS

A Bíblia Sagrada. **A criação dos seres vivos.** Traduzida por João Ferreira de Almeida. Revista e Corrigida no Brasil. 4ª ed. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 2009. p.1056. Velho Testamento e Novo Testamento.

ALBUQUERQUE, Maria Conceição Rodrigues de; MAZZORCA, Antonio Carlos Mora. SILVA, Mirtes Moreira. Meio ambiente e cidadania: a educação ambiental como instrumento de resgate da identidade e auto-estima de uma comunidade, na busca pela melhoria da qualidade de vida – uma experiência com alunos de ensino fundamental, numa escola municipal da zona leste de São Paulo. **Simpósio Ítalo Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental, 6, 2002, Vitória.** Biblioteca Virtual em Saúde, 2002, p. 1-21. Disponível em: <http://www.bvsde.paho.org/bvsacd/sibesa6/ccxxiv.pdf>. Acesso em: 11 set. 2018.

ANTONUCCI, Denise. ALVIM, Angelica A. T. Benatti. ZIONI, Silvana. KATO, Volia Regina Costa. 30 Anos de HABITAT e as transformações da urbanização. In: **Seminário de Arquitectura Latinoamericana – Pensamiento Construido: La Investigación en Arquitectura y Urbanismo em Latinoamérica.** 12. 12 a 17 de novembro de 2007, Concepción – Chile. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/pesquisa/bookshelf/book/30>. Acesso em: 10 set. 2018.

APPOLINÁRIO, Fabio. **Dicionário de Metodologia Científica.** 2ª ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2011. p. 146.

ARAÚJO, Ulisses Ferreira. Educação comunitária e a construção de valores de democracia e cidadania. In: 33rd Annual Conference of the Association for Moral Education. **Proceedings...** New York, 15-18/11/2007.

BARBIERI, José Carlos. **Desenvolvimento e Meio Ambiente. As estratégias da Agenda 21.** 4 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 1997.

BOFF, Leonardo. (1999). **Saber Cuidar: Ética do humano - compaixão pela terra.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1999.

_____. **Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra.** 15ª ed. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2008.

BORBA, Francisco da Silva. (Org.). **Dicionário UNESP de Português Contemporâneo.** São Paulo: Ed. Unesp. 2004. p. 1470.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. "**Outros afetos, outros olhares, outras idéias, outras relações**". **A Questão Ambiental: Cenários de Pesquisa.** Textos NEPAM, Campinas: Ed. da UNICAMP, n. 3, p.13-34, 1995.

_____. Comunidades aprendentes. In: FERRARO Júnior, Luiz Antonio. (org.) **Encontros e caminhos: formação de educadores ambientais e coletivos educadores.** Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília. Distrito Federal. 1988. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 10.set.2018.

_____. **Política Nacional de Educação Ambiental. Lei Nº 9795 de 27 de abril de 1999**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília. Distrito Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm. Acesso em: 10 set. 2018.

CARSON, Rachel. **Primavera silenciosa**. São Paulo: Melhoramentos, 1969, p.18.

CARVALHO, ISABEL Cristina de Moura. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2004.

COHEN, Michael. **Connecting with Nature. Creating moments that let Earth teach**. Eugene (OR): Michael Cohen, World Peace University, 1990.

CLOVER, Darlene E. Follen, Shirley. HALL, Budd L. **The nature of transformation. Environmental adult education**. Toronto (Ontário):Ontário Institute for Studies in Education/University of Toronto, 2000.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental: princípios e práticas**. 3ª ed. São Paulo. Ed. Gaia. 1994.

_____. **Educação Ambiental: princípios e práticas**. 9ª ed. São Paulo. Ed. Gaia. 2000.

_____. **Educação Ambiental: princípios e práticas**. 9ª ed. São Paulo. Ed. Gaia. 2004.

_____. **Atividades Interdisciplinares de Educação Ambiental**. São Paulo: Ed. Global. 1994.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2000, p. 36-37.

_____. **Pedagogia da Esperança**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

GUERRA, Antonio José Teixeira. CUNHA, Sandra Batista. (Org.). **Questão Ambiental/Diferentes Abordagens**. 3º Ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2003. P-76-78.

JACOBI, Pedro. **Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade**. Cadernos de Pesquisa. N. 118, p189-206. 2003. Disponível em: Acesso em: 20 junho 2008.

LAMPERT, Ernâni. **Pós-modernidade e educação**. In: LAMPERT, Ernâni. **Pós modernidade e conhecimento: educação, sociedade, ambiente e comportamento humano**. Porto Alegre: Sulina, 2005. p. 11-48.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina Andrade. **Técnicas de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991, p. 205.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. (coord.). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. 2004.

_____. A crise ambiental e suas implicações na educação. In: QUINTAS, José Silva. **Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente**. Brasília: Edições Ibama; 2002. p. 77-91.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Trad. Lucia Mathilde Endlich Orth. 3. ed. rev. e aum. Petrópolis: Ed. Vozes, 2001.

LOCATELLI, Paulo Antonio. **Consumo sustentável**. Revista de Direito Ambiental. São Paulo, v. 5, n. 19, p. 297-300, jul. - set. 2000.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Educação ambiental e movimentos sociais na construção da cidadania ecológica e planetária. In: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo, LAYRARGUES, Philippe Pomier. CASTRO, Ronaldo de Souza (orgs.). **Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MACEDO, Renato Luiz Grisi. **Percepção, conscientização e conservação ambientais**. Lavras: UFLA/FAEPE, 2005.

MAY, Peter H. LUSTOSA, Maria Cecília. VINHA, Valéria da. (org). **Economia do Meio Ambiente – Teoria e Prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

MEDINA, Naná Mininni. SANTOS, Elizabeth da Conceição. **Educação ambiental: uma metodologia participativa de formação**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

MELO, Gutemberg de Pádua. **Noções práticas de educação ambiental para professores e outros agentes multiplicadores**. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis: Superintendência do IBAMA na Paraíba. João Pessoa, 2007. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/phocadownload/publicacoes/educacaoambiental/nocoes-praticas-educacao-ambiental-profs-educadores.pdf>. Acesso em: 13 set. 2018.

Menezes, Isabel. A evolução da cidadania em Portugal. **Actas do 3º Encontro de Investigação e Formação: Educação para a Cidadania e Culturas de Formação**, 2007. p. 17-34.

MININI, apud DIAS, Genebaldo Freire Dias. **Educação Ambiental: Princípios e práticas**. 9ª ed. São Paulo. Ed. Gaia, 2004.

NARCIZO, Kaliane Roberta dos Santos. **Uma análise sobre a importância de se trabalhar educação ambiental nas escolas.** Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, v. 22, p. 86-94, 2009.

QUINTAS, José Silva. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico.** São Paulo: Cortez, 2004.

REIGOTA, Marcos. **O que é educação ambiental.** 2ª ed. Revista e ampliada: São Paulo: Ed. Brasiliense, 2009, p.15. (Coleção primeiros passos).

_____. **O que é Educação Ambiental.** São Paulo: Ed. Brasiliense, 2004.

_____. **Desafios à educação ambiental escolar.** In: CASCINO, Fábio; JACOBI, Pedro; OLIVEIRA, José Flávio. Educação, Meio Ambiente e Cidadania: reflexões e experiências. São Paulo: SEMA/CEAM, 1998, p. 122.

_____. **Pensamento complexo, dialética e educação ambiental.** São Paulo: Ed. Cortez, 2006.

RIBEIRO, Matheus de Souza Lima; PROFETA, Ana Carolina Neves. **Programas de educação ambiental no ensino infantil em Palmeiras de Goiás: novos paradigmas para uma sociedade responsável.** Revista eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental. Rio Grande do Sul, v.13, p.18-31 jun./dez. 2004. Disponível em: < <http://www.remea.furg.br/edicoes/vol13/art8.pdf> >. Acesso em: 15 out. 2008.

SAUVÉ, Lucie. **Uma cartografia das correntes em Educação Ambiental.** In: SATO, Michèle; CARVALHO, Isabel C. Moura (Orgs.). *Educação Ambiental.* Porto Alegre: Artmed, 2005, p.17-44.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 21ª ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2000, p.140-141.

_____. **Metodologia do trabalho científico.** 21ª ed. São Paulo: Cortez, 2007, p.15.

SILVA, De Plácido e. **Vocabulário Jurídico.** 24ª ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2004. p.1501.

SILVA, Maria das Graças da; CABRAL, Maria da Conceição Rosa Cabral. **Educação Ambiental: abordagens teórico-conceituais e perspectivas práticas. Série Cadernos Alfabetização Científica/Projeto Alfa ciência.** v 1, Belém: MPEG, 2004.

SILVA, Maria do Socorro Ferreira da; JOIA Paulo Roberto. Educação ambiental: a participação da comunidade na Coleta seletiva de resíduos sólidos. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, nº 7. Três Lagoas – Mato Grosso do Sul, 2008, p.121-149.

SIRVINSKAS, Luís Paulo. **Meio ambiente e cidadania.** Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos. Bauru, n. 35, p. 305-307, ago. 2002.

_____. **Manual de direito ambiental**. 2ª ed. rev. atualizada e ampliada. São Paulo. Saraiva. 2003.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Educação ambiental: natureza, razão e história**. Campinas: Autores Associados, 2004.

_____. Contribuições para uma pedagogia crítica na educação ambiental: reflexões teóricas. In: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. (org.)... [et al.]. **A questão ambiental no pensamento crítico: natureza, trabalho e educação**. Rio de Janeiro: Quartet, 2007.

TRISTÃO, Martha. As dimensões e os desafios da educação ambiental na sociedade do conhecimento. In: RUSHEINSKY, A. (Org.). **Educação ambiental: abordagens múltiplas**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

TRIVINÕS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

www.mma.gov.br

<https://www.kboing.com.br/>

<https://www.lettras.mus.br/guilherme-arantes/46315/>

<http://www.pardal.com.br/noticias/sustentabilidade>